

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 170/2021
Data: 28/10/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DESESTATIZADO TEM MELHOR EFICIÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS.....	4
CLYTHIO BUGGENHOUT MORRE AOS 63 ANOS VÍTIMA DE INFARTO.....	5
PORTAL PORTO GENTE	6
PORTO DE ITAJAÍ EXIGE TRATAMENTO ISONÔMICO DO MÍNFR.....	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
DPC DEFENDE AVANÇO NO TREINAMENTO COM SIMULADORES.....	7
CHINA RESPONDEU POR 32,4% DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM SETEMBRO, SEGUNDO DADOS DA CNA.....	9
VERSATILIDADE DO PORTO DE PARANAGUÁ GARANTE EMBARQUE DE MADEIRA SEM CONTÊINERES.....	10
DIÁRIO DO LITORAL - SP	10
CRUZEIROS MARÍTIMOS ESTÃO AUTORIZADOS A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO.....	10
SOPESP MARCA PRESENÇA NO III CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO.....	11
MINISTRO DIZ QUE A CONSULTA PARA PRIVATIZAR PORTO DE SANTOS SAI NESTE ANO.....	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	13
GOVERNO FEDERAL TRABALHA PARA INTEGRAR MODAIS DE TRANSPORTES PARA FORTALECER O AGRONEGÓCIO.....	13
ISTOÉ - DINHEIRO	13
VOTAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS É ADIADA MAIS UMA VEZ E DEVE SER VOTADA DEPOIS DO FERIADO.....	13
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NOTIFICA PETROBRAS PARA ESCLARECER AUMENTO DE COMBUSTÍVEIS.....	14
GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 303 MILHÕES EM SETEMBRO.....	14
MONEYTIMES	15
GERDAU DEVE CONTINUAR DISTRIBUINDO DIVIDENDOS BRILHANTES, APONTAM ANALISTAS.....	15
PREÇOS DE INSUMOS AGRÍCOLAS MAIS QUE DOBRAM EM 2021, ELEVAM CUSTOS DE 2022, DIZ CNA.....	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
CÂMARA APROVA AUXÍLIO GÁS E MANTÉM CIDE COMO FONTE DE FINANCIAMENTO.....	18
INDÚSTRIA CONTA COM MERCADO DE CARBONO PARA FINANCIAR BIOPRODUTOS.....	21
JORNAL O GLOBO – RJ	23
VOTAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS FICA PARA DEPOIS DO FERIADO, DIZ LÍDER DO GOVERNO.....	24
CVM ABRE PROCESSO SOBRE PETROBRAS APÓS DECLARAÇÕES ENVOLVENDO PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA.....	25
SEM CERTEZA DE VITÓRIA, CÂMARA DEBATE PEC DOS PRECATÓRIOS, MAS ADIA VOTAÇÃO. VEJA COMO FOI O DIA DE COSTURAS FRUSTRADAS.....	26
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	28
INFRAESTRUTURA PÚBLICA AJUSTE EM PORTARIA DE FERROVIAS CONTESTADA NO SENADO.....	28
TCU NEGA SUSPENSÃO DE PORTARIA SOBRE AUTORIZAÇÕES DE NOVAS FERROVIAS PRIVADAS.....	29
GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 303 MILHÕES EM SETEMBRO.....	31
VALOR ECONÔMICO (SP)	32
CLIMA TRAZ URGÊNCIA A MUDANÇAS NA MATRIZ DE ENERGIA, DIZ KLABIN.....	32
REINO UNIDO AMEAÇA RETALIAR APÓS FRANÇA DETER NAVIO BRITÂNICO EM DISPUTA SOBRE PESCA.....	34
MINÉRIO DE FERRO RECUA 6% NO PORTO CHINÊS, PARA US\$ 112,65 POR TONELADA.....	34
PETROBRAS PLANEJA CORTAR 30% DAS EMISSÕES ATÉ 2030.....	35
PORTAL PORTOS E NAVIOS	36
IBAMA INICIA PREVENÇÃO DE ACIDENTES AMBIENTAIS EM PORTOS MARANHENSES.....	36
KEPLER WEBER TEM MELHOR RECEITA LÍQUIDA E EBITDA DA HISTÓRIA PARA TERCEIRO TRIMESTRE.....	37
'SAPURA DIAMANTE' INICIA OPERAÇÃO NA BACIA DE SANTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À PETROBRAS.....	39
ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU APONTA CODESA COMO A DOCAS DE MELHOR GOVERNANÇA.....	40
ANP APROVA SUSPENSÃO DE CONTRATOS PARA FUTURA PRORROGAÇÃO A PARTIR DE DIRETRIZ DO CNPE.....	40
PRESIDENTE MUNDIAL DA QAIR VISITA SUAPE PARA FUTURO PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE.....	41
CARGA MOVIMENTADA EM CONTÊINERES AUMENTA 13% NO PORTO DE PARANAGUÁ.....	42
LOG REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 94,7 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE.....	42
SETOR PORTUÁRIO SE DESPEDE DE CLYTHIO VAN BUGGENHOUT.....	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 170/2021
Página 3 de 44
Data: 28/10/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	44
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	44



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DESESTATIZADO TEM MELHOR EFICIÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Diogo Piloni participou de evento nesta quarta (27), que teve como tema a visão do setor privado
Por: Maurício Martins - Da Redação



Secretário de Portos e Transportes Aquaviários defende uma gestão privada em Santos Foto: Divulgação/ATP

O modelo público é o que mais atrapalha uma boa gestão portuária e é, ao mesmo tempo, o ponto que compromete a eficiência da administração, além de emperrar maiores investimentos. É o que acredita o secretário de Portos e Transportes Aquaviários, do

Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni.

As declarações foram feitas na tarde desta quarta-feira (27), durante o 8º Encontro ATP, promovido pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). Realizado no Clube Naval de Brasília, o evento foi transmitido pelas redes sociais e teve como tema a Desestatização dos Portos Organizados - Uma Visão do Setor Privado

“O problema não são as pessoas. O problema é o sistema, é a legislação. O problema é a regulação, o excesso de controle e isso faz com que alguns dos principais ativos do Brasil não consigam deslanchar do ponto de vista do desenvolvimento como é necessário, como as cargas necessitam”, disse Piloni.

“O principal objetivo de uma desestatização é o aumento de eficiência no exercer dos papéis das nossas autoridades, a redução das burocracias, que pesam na vida dos nossos gestores, por melhores que sejam. E hoje passamos por um momento muito positivo de qualidade de gestão e de gestores”, completou.

O secretário disse, ainda, que há um trabalho visando a melhor fluidez no atendimento do setor de cargas. “Fazer isso de uma maneira estatal é desafiador, mas a desestatização é uma resposta a todos esses problemas”

Segundo Piloni, é importante que a autoridade portuária tenha condições de se desenvolver e atrair investidores privados, principalmente em um momento de restrição fiscal e sem capital para investimentos públicos.

“O orçamento do Ministério, que já foi de R\$ 20 bilhões, hoje não chega a R\$ 7 bilhões por ano para investimentos em toda a malha rodoviária, ferroviária, portos e aeroportos. Nem a manutenção dos ativos existentes é possível. Buscar capital privado é de crucial importância. Nós temos uma oportunidade única no modelo de desestatização que é converter a ineficiência estatal em investimento vultuoso.

A redução de tarifas, nos cálculos de Piloni, chegará a 30% na Tabela 1, a principal fonte de arrecadação das autoridades portuárias e isso se segue nas demais tabelas tarifárias do Porto.

Piloni participou do debate ao lado do CEO do Porto Itapoá, Cássio Schreiner, da professora e especialista em Sustentabilidade, Cidades e Governança Portuária, Flávia Nico, do Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (Anut), Luis Henrique Baldez, além do coordenador de Economia Aplicada do Ibre/FGV e professor do Instituto de Economia da UFRJ, Armando Castelar. O debate teve a mediação do editor de Porto & Mar do Jornal A Tribuna, Leopoldo Figueiredo.

Em Santos

Piloni trouxe ao menos uma boa notícia: o modelo de desestatização de Santos será apresentado em consulta pública na segunda quinzena de novembro e o leilão sai no final de 2022. O secretário disse ainda que o modelo de desestatização de Santos tem um projeto capaz de gerar investimentos de R\$ 16 bilhões em ativos comuns do Porto, em aprofundamento do canal, melhorias dos acessos terrestres, sem onerar em tarifas.

“O modelo de Santos vai mostrar que é possível fazer um volume enorme de investimentos, reduzindo tarifas”, afirmou.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 28/10/2021

CLYTHIO BUGGENHOUT MORRE AOS 63 ANOS VÍTIMA DE INFARTO

Presidente do conselho deliberativo da ABTP será velado nesta quinta-feira (28), na capital
Por: Redação



Executivo tinha 63 anos e sofreu um infarto Foto: Matheus Tagé/AT

O presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Backx van Buggenhout, morreu na madrugada desta quarta-feira (27), após um infarto. O executivo, que também era diretor de Relações Governamentais da Cargill Agrícola, tinha 63 anos. O velório será

realizado nesta quinta-feira (28), das 10 às 14 horas, no Funeral Morumbi.

Engenheiro-Naval pela Universidade de São Paulo (USP) e oficial de Marinha da reserva (capitão-de-mar-e-guerra) Clythio também era bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, tendo também cursado pela Coppead-UFRJ um MBA em Gestão Estratégica.

O executivo também teve experiência na gestão de portos públicos, quando atuou como presidente da Companhia Docas do Pará (CDP). Antes disso, trabalhou como diretor da Sociedade Classificadora de Navios Bureau Colombo, e como superintendente de Programas de Obtenção da Diretoria de Engenharia Naval da Marinha do Brasil.

Além do currículo e do bom relacionamento no setor portuário, Clythio também era um amante do esporte. Há pouco mais de um mês, postou em suas redes sociais o retorno ao ciclismo, uma paixão antiga. Segundo o executivo, foram mais de três anos longe do pedal e, neste período, se dedicou à musculação.

Comoção

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murilo Barbosa, destacou a perda de um amigo de mais de 20 anos, que foi um dos fundadores da entidade. “Tínhamos planos em conjunto para o desenvolvimento do setor portuário que foram interrompidos abruptamente”.

Já o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, destacou que Clythio era um exemplo de que é possível ser um bom gestor tanto na iniciativa privada, quanto no poder público. “Essa morte pegou todo mundo de absoluta surpresa. Estão todos impactados e tristes. Ele participou ontem (na terça-feira) da reunião do conselho do IBL (Instituto Brasil Logística), estava de férias, mas participou por vídeo. Estava absolutamente bem. Era um atleta, ser humano diferenciado, muito aberto ao diálogo e sempre atuou com a visão de defender a empresa, mas com uma visão de coletivo e social muito grande”.

O Funeral Morumbi fica na Avenida Giovanni Gronchi, 1358, no Morumbi, em São Paulo. Já a Cerimônia de Cremação será, às 15 horas, em Taboão da Serra, na Rodovia Régis Bittencourt, 5901, km 275,5, no bairro Jardim Oliveiras.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/10/2021



PORTAL PORTO GENTE

PORTO DE ITAJAÍ EXIGE TRATAMENTO ISONÔMICO DO MINFRA

Redação Portogente

A reforma dos portos brasileiros precisa ser demonstrada por um planejamento estratégico incontestável, possível.



Se há uma certeza no Brasil é a de que a política está tensa e vai ficar pior, até outubro de 2022. Neste clima, em Santa Catarina mais de 5 milhões de eleitores irão às urnas escolher quem vai ocupar os cargos políticos mais altos do Estado e do Brasil. O resultado da prorrogação do Convênio de Delegação do Porto de Itajaí, a vencer em 2022, vai sopesar os 75,92%, o maior percentual nacional, dos votos catarinenses dados ao candidato Jair Bolsonaro, em 2018.

Itajai 2

Leia mais: Porto de Itajaí: sustentar o fogo que a vitória é nossa - Portogente

<https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114598-porto-de-itajai-sustentar-o-fogo-que-a-vitoria-e-nossa>

Talvez, por causa da obscura, absurda e festiva renovação antecipada em 2020, da delegação do porto de Paranaguá, PR, que venceria em 2026, o orgulho Barriga Verde indigna-se pelo tratamento discriminatório e sem fundamento técnico que vem sendo dado ao seu porto de Itajaí. Decerto, Santa Catarina não vai permitir estragar seu projeto portuário exitoso, para atender, sabe-se lá qual, o interesse federal que até agora não foi justificado.

Leia mais: Porto de Itajaí rejeita programa de desestatização - Portogente

<https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114589-porto-de-itajai-rejeita-programa-de-desestatizacao>

O programa de desestatização dos portos, do ministério da Infraestrutura (Minfra), por falta de explicação razoável da sua finalidade, não tem o apoio de qualquer comunidade dos portos em que ele vem sendo aplicado. Até mesmo o recém-lançado Plano Nacional de Logística (PNL)

precisa esclarecer as conexões com as logísticas portuárias. A exemplo do caso do projeto de gás no Porto de Santos que põe a cidade sob ameaça e não pode prosperar.

Leia mais: Minfra deixa Porto de Santos a ver navios - Portogente

<https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114591-minfra-deixa-porto-de-santos-a-ver-navios>

A logística brasileira não tem margem para experimentos inconsequentes, como a bobagem de adotar o paradigma de portos australianos. Entretanto, a comunidade de Itajaí está alinhada, tem vozes fortes, e está motivada pelo sucesso real do modelo do seu porto produtivo. Além disso, com planejamento estratégico que não existe no projeto governamental. Portanto, há absoluta convicção de que o melhor caminho é a renovação da delegação municipal.

Leia mais: Frederico Bussinger - Com credenciais, o Porto de Itajaí busca encarar os novos desafios

<https://idelt.org.br/periscopio-144-com-credenciais-o-porto-de-itajai-busca-encarar-os-novos-desafios/>

Na análise do processo das delegações dos portos de Paranaguá, Rio Grande e Rondônia é nítida a falta de critério técnico, e a predominância gritante da avaliação política. Apesar da falta de isonomia no tratamento do porto de Itajaí, o que os políticos catarinenses defendem é o modelo exitoso do seu porto, analisado sob a ótica dos resultados. Por isso, exigem o perfeito equilíbrio das decisões governamentais.

Leia mais: Região Metropolitana do Porto de Santos exige túnel submerso - Portogente

https://www.portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114585-regiao-metropolitana-do-porto-de-santos-exige-tunel-submerso?_ga=2.1452081.1884893973.1635285620-1816680608.1616537287

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 28/10/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

DPC DEFENDE AVANÇO NO TREINAMENTO COM SIMULADORES

Informação: Praticagem do Brasil (28 de outubro de 2021)



O processo de tomada de decisão no mar está cada vez mais inserido no contexto da automatização, o que aumenta a sua complexidade em uma indústria em que até 80% dos acidentes estão relacionados a fatores humanos. A dependência excessiva de aparatos tecnológicos de navegação e a incapacidade de distinguir informações relevantes em meio a emergências passam a ser pontos de atenção, segundo o diretor de Portos e Costas da Marinha, vice-almirante Alexandre Cursino de Oliveira. Por isso, ele ressalta que é importante sempre

desenvolver a consciência situacional, ou seja, a percepção da situação ao seu redor, a compreensão do seu significado e a projeção da condição futura. A boa notícia é que a mesma tecnologia pode ajudar nesse treinamento cognitivo, como no uso que os práticos fazem de simuladores de manobras, exemplificou o diretor.

O vice-almirante fez a palestra de abertura do seminário “O fator humano na segurança da navegação”, evento realizado, na segunda-feira (25/10), pela Praticagem do Rio de Janeiro, com o apoio institucional do Tribunal Marítimo, da Procuradoria Especial da Marinha e da Praticagem do Brasil.

– O treinamento em simuladores precisa ser incrementado com todo esse contexto tecnológico, para complementar a qualificação do prático. A atividade de praticagem é empírica, o prático tem que estar manobrando. Mas cada vez mais a automação vai exigir uma preparação prévia, para que o prático possa se antecipar à eventual falta da tecnologia ou a emergências em que as informações correm muito rápido. E se ele não selecionar os dados corretos e não tiver uma disciplina para avaliar a urgência na tomada de decisão, a segurança da manobra pode ser comprometida – afirmou Cursino em entrevista após a sua palestra. – Antigamente, o marinheiro era muito medido pela sua capacidade de manobrar. Hoje, ele tem que ser um gerenciador e isso pode ser treinado.

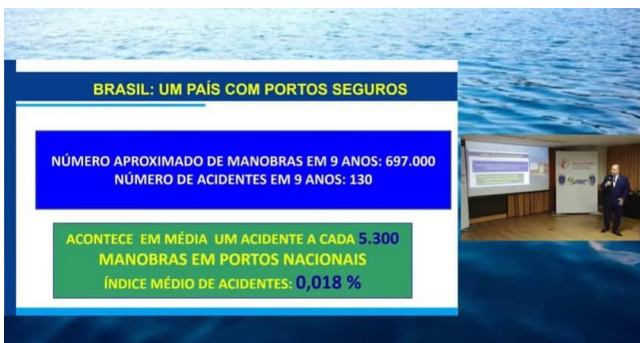
Em dezembro, a Praticagem do Brasil vai inaugurar o seu centro de simulações de manobras em Brasília. Localmente, as empresas de praticagem também têm instalado simuladores em suas sedes, entre elas a Praticagem do Rio.



Em sua apresentação, o juiz-presidente do Tribunal Marítimo, vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, destacou o índice bastante reduzido de acidentes nos portos brasileiros, de 0,018% em nove anos. Ele também defendeu a importância do treinamento entre os fatores influenciadores de desempenho:

portuários, como as ZPs 1 (Bacia Amazônica Oriental) e 15 (RJ).

– O prático, por exemplo, tem que manter a sua qualificação, especialmente em zonas de praticagem com grande quantidade de terminais portuários, como as ZPs 1 (Bacia Amazônica Oriental) e 15 (RJ).
Lima Filho elencou ainda outros fatores que afetam o desempenho a bordo: formação, conhecimento das normas marítimas, cultura de segurança, ambiente de trabalho, estado emocional/psicológico da tripulação, comunicação, fadiga, vigilância/atenção e estado de saúde.



– A tendência de reduzir tripulações leva ao problema da fadiga em algumas situações – apontou.

No caso da praticagem, o diretor de Portos e Costas disse que a escala de rodízio única de serviço é muito importante para que todos os práticos possam manter a sua qualificação e evitar a fadiga:

– A escala é uma ferramenta que a Autoridade Marítima prevê para que as suas preocupações com a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana no mar sejam observadas. E isso está intrinsecamente ligado ao fator humano.

O evento no Rio reuniu outros palestrantes como a diretora da consultoria Symbállein, Carmen Migueles; o diretor substituto da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Raphael Moura; o consultor da Interface, José Luiz Lopes Alves; o professor Marcelo



Ramos Martins, do Laboratório de Análise, Avaliação e Gerenciamento de Risco da USP; e o prático Luiz Antonio Raymundo da Silva, que apresentou uma visão de bordo do fator humano.

O presidente da Praticagem do Rio, prático Marcello Camarinha, encerrou o seminário:

– Buscamos fomentar o debate sobre procedimentos e habilidades e limitações do ser humano, para aumentar a mentalidade da segurança no exercício das nossas atividades. E me refiro não só aos práticos, mas também aos profissionais que tripulam as nossas lanchas e aos operadores que guarnecem as nossas atalhas 24 horas por dia nos 365 dias do ano. Esperamos que a semente tenha sido plantada e gere ampla discussão para o estabelecimento de comportamentos adequados em prol de um trabalho cada vez mais seguro.

Confira as palestras em: <https://youtu.be/3JCT321jQ14>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 28/10/2021

CHINA RESPONDEU POR 32,4% DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM SETEMBRO, SEGUNDO DADOS DA CNA

Fonte: Comex do Brasil (28 de outubro de 2021)

Brasília – Em setembro, 68,2% das exportações do agronegócio brasileiro foram destinadas aos dez principais destinos. Entre eles, o principal país de destino das vendas externas do agronegócio foi a China, com participação de 32,4% das exportações do setor. A União Europeia, segundo principal destino, correspondeu a 15,0%, e os Estados Unidos figuraram na terceira posição, com participação de 7,0%.

Completam a lista dos principais destinos o Japão (2,9%), Coreia do Sul (2,0%), Emirados Árabes Unidos (1,9%), Irã (1,9%); Vietnã (1,8%); Tailândia (1,7%); e Hong Kong (1,6%).

Na comparação entre setembro de 2021 frente ao mesmo período de 2020, houve aumento nas exportações para oito dos dez principais destinos de produtos do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, destaca-se o desempenho das exportações para a China (+42,8%) e Emirados Árabes Unidos (+31,5%). Na contramão, as exportações para a Coreia do Sul e para o Vietnã apresentaram contração de 25,0% e 31,8%, respectivamente, em setembro de 2021 contra setembro de 2020.

Ao considerar o acumulado no ano até setembro, a maior variação positiva frente ao mesmo período de 2020 ocorreu nas exportações para o Irã (+98,3%), seguido do aumento para a Tailândia (+40,2%) e para os Estados Unidos (+28,4%). No caso iraniano o principal aumento se deu para açúcar de cana em bruto (+US\$ 22,4 milhões), enquanto que para a Tailândia o aumento foi majoritário para a soja em grãos (+US\$ 38,6 milhões). Já para os EUA o principal produto com aumentos expressivos foi a carne bovina in natura (+US\$ 32,8 milhões).

Em setembro de 2021, 90,1% do total de US\$ 3,3 bilhões exportado para a China concentraram-se em cinco produtos: soja em grãos (53,6%; US\$ 1,8 bilhão), carne bovina in natura (21,0%; US\$ 686,8 milhões); celulose (7,2%; US\$ 236,9 milhões), açúcar de cana em bruto (4,2%; US\$ 136,3 milhões) e carne de frango in natura (4,1%; US\$ 135,6 milhões).

Entre os cinco produtos, destaca-se a carne bovina in natura, com crescimento de 131,3% em setembro de 2021 em relação ao mesmo mês de 2020 e soja em grãos, com elevação de 44,0%.

Participação no total exportado por países: EUA 7,0%; China 32,4%; União Europeia 15,0%; Japão 2,9%; Hong Kong 1,6%; Emirados Árabes Unidos 1,9%; Irã 1,9%; Vietnã 1,8%; Coreia do Sul 2,0%.

Os principais produtos exportados para a União Europeia em setembro foram farelo de soja (21,7%; US\$ 329,6 milhões), soja em grãos (15,7%; US\$ 238,8 milhões), café verde (13,0%; US\$ 197,9 milhões), sucos de laranja (8,5%; US\$ 128,3 milhões) e milho (8,3%; US\$ 125,7 milhões).

Juntos esses produtos representaram 67,3% do total de produtos do agronegócio vendidos para a região em setembro de 2021. Entre os produtos destacados, a maior variação positiva foi apresentada por soja em grãos, com crescimento de 260,5% frente ao mês de setembro de 2020 e sucos de laranja (+40,5%). Por outro lado, café verde e milho registraram queda na mesma comparação, -7,3% e -28,4%, respectivamente.

As exportações destinadas aos Estados Unidos apresentam uma concentração menor em relação à China e à União Europeia, com os cinco principais produtos respondendo por 43,2% das vendas totais: celulose (12,3%; US\$ 87,1 milhões); café verde (12,1%; US\$ 85,9 milhões); obras de marcenaria ou carpintaria (6,6%; US\$ 47,2 milhões); carne bovina in natura (6,2%; US\$ 44,1 milhões); e madeira perfilada (6,0%; US\$ 42,9 milhões).

(* Com informações da CNA

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/10/2021

VERSATILIDADE DO PORTO DE PARANAGUÁ GARANTE EMBARQUE DE MADEIRA SEM CONTÊINERES

Informação: *Jornal Ponta Grossa (28 de outubro de 2021)*



Foto: *Nájia Furlan/Portos do Paraná*

O Porto de Paranaguá realizou nesta quarta-feira (27) mais um embarque de madeira em um navio do tiporoll on-roll off- embarcação na qual as mercadorias podem entrar e sair dos porões transportadas sobre rodas. Esta é a segunda vez nos últimos anos que a embarcação, geralmente destinada para o transporte de veículos, projetos e maquinários, é utilizada para essa carga geral. A primeira foi um teste no último mês de setembro.

O diretor da Portos do Paraná, André Pioli, explica que a operação mostra que o porto está preparado para este tipo de embarque e que pode atender a demanda dos exportadores, mesmo em eventual falta de contêineres, que são comumente usados para transporte de madeira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 28/10/2021

CRUZEIROS MARÍTIMOS ESTÃO AUTORIZADOS A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO

O texto fala também das condições para o cumprimento do isolamento e quarentena das embarcações de cruzeiros para viajantes e funcionários dos navios

Os cruzeiros marítimos terão autorização para navegar a partir do dia 1º de novembro no Brasil. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (28). Ela foi assinada pelo ministro substituto da Saúde, Rodrigo Cruz.

"Está autorizada a operação de navios de cruzeiro a partir de 1º de novembro de 2021, tendo em vista o cenário atual de pandemia de Covid-19", diz a publicação.



Cruzeiro da Costa atracado em Santos, no início do ano de 2020. / Nair Bueno/Diário do Litoral

O texto fala também das condições para o cumprimento do isolamento e quarentena das embarcações de cruzeiros para viajantes e funcionários dos navios.

Faça parte do grupo do Diário no WhatsApp e Telegram e mantenha-se bem informado.

Os viajantes a bordo de embarcação com sinais e sintomas de Covid-19 devem procurar imediatamente a equipe médica, permanecer isolado de outros viajantes até a orientação médica e fazer o teste de Covid-19.

O viajante com resultado positivo, detectável ou reagente, deve permanecer em isolamento em cabine destinada exclusivamente para essa finalidade.

O isolamento deve ser pelo período de dez dias para quadro de síndrome gripal leve ou moderado e de 20 dias para quadro de síndrome respiratória aguda grave ou crítica, contados da data do início dos sintomas.

O viajante com resultado negativo deve permanecer em isolamento na cabine até a remissão dos sintomas e ter um novo teste realizado.

" Atos normativos específicos de vigilância sanitária complementares a esta portaria poderão ser editados pela Anvisa", diz o texto.

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) prepara um protocolo com regras sanitárias para essas embarcações.

Fonte: Diário do Litoral - SP

Data: 28/10/2021

SOPESP MARCA PRESENÇA NO III CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO E PORTUÁRIO

Da Reportagem

O evento será realizado no Hotel Sheraton Santos



Evento do dia 4 terá como tema: 'Desafios no Processo de Desestatização do Porto de Santos' / NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Entre os dias 04 e 05 de novembro, especialistas, autoridades e profissionais da cadeia produtiva portuária estarão reunidos no III Congresso de Direito Marítimo e Portuário.

O evento é uma parceria entre a ABDM – Associação Brasileira do Direito Marítimo e a Santa Cecília.

Representando o SOPESP (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo) o Presidente da entidade, Régis Prunzel, será um dos debatedores no primeiro dia do evento (04) com o seguinte tema – “Desafios no Processo de Desestatização do Porto de Santos”.

No segundo dia do evento (5), será a vez da Assessora Jurídica, Dra. Gislaíne Heredia, que participará como debatedora no 5º Painel – “Relações de Trabalho nas Atividades Marítimas e Portuárias”.

O evento será realizado no Hotel Sheraton Santos e a programação completa pode ser conferida no site.

Fonte: Diário do Litoral - SP
Data: 28/10/2021

MINISTRO DIZ QUE A CONSULTA PARA PRIVATIZAR PORTO DE SANTOS SAI NESTE ANO

Tarcísio Gomes de Freitas participou hoje de seminário online e também falou sobre investimentos bilionários na infraestrutura



Os estados para definição de modelo de privatização do Porto de Santos estão perto da conclusão

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse hoje (27) que os estudos para definição do modelo de privatização do Porto de Santos, no litoral paulista, estão perto da conclusão e uma consulta pública sobre a desestatização deve ocorrer ainda neste ano.

“Acredito que agora no final do mês de novembro ou início do mês de dezembro estamos soltando os documentos para audiência pública”, disse Freitas, durante um seminário online sobre Agronegócio, promovido pelo banco BTG Pactual. O modelo para privatização do porto é preparado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Freitas ressaltou que a proposta vencedora do leilão deverá aplicar um grande volume de recursos para aprimorar a infraestrutura em Santos. “Estamos falando em R\$ 16 bilhões em investimento”, afirmou o ministro.

Entre as obras que devem ser tocadas pela concessionária vencedora está aprofundamento do canal do porto de 15 metros para 17 metros, a construção de um túnel entre Santos e Guarujá e diversas outras melhorias nos acessos rodoviário e ferroviário em torno do porto.

Com a privatização e os investimentos, a ideia do governo é que Santos se torne “o grande hub para contêineres da América Latina”, disse Freitas. Isso deve ser incentivado também pela BR do Mar, como é chamado o projeto de lei de incentivo à navegação de cabotagem que tramita atualmente no Senado e que o governo espera ver aprovado em breve, ressaltou o ministro.

Privatização de portos

Freitas confirmou a previsão de que a primeira privatização de um porto no país, a do Porto do Espírito Santo, ocorra ainda no primeiro trimestre de 2022. Nesse caso, os investimentos privados devem ser da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Outro porto que está na mira para ser privatizado é o de Itajaí, em Santa Catarina, que deve receber mais R\$ 2,8 bilhões em investimentos, segundo o ministro.

Fonte: *Diário do Litoral - SP*
Data: 28/10/2021

 Governo Federal

Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL TRABALHA PARA INTEGRAR MODAIS DE TRANSPORTES PARA FORTALECER O AGRONEGÓCIO

Ministro da Infraestrutura participou de debate promovido pelo BTG Pactual

Para acompanhar e fortalecer a competitividade do agronegócio, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, trabalha para integrar modais e aumentar as opções de transportes ao setor. A declaração é do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante participação no evento BTG Pactual “AgroForum Ascensão & Oportunidades”, realizado nesta quarta-feira (27).

Entre as ações citadas estão projetos como o BR do Mar, que incentiva o transporte por cabotagem e tramita no Congresso Nacional, e a ampliação de linhas férreas por meio do Pro Trilhos. “Este novo cenário poderá viabilizar o transporte doméstico de produtos agrícolas em embarcações, reduzindo fretes e aumentando a segurança da operação, destacou o ministro.

Fonte: *GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF*
Data: 28/10/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

VOTAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS É ADIADA MAIS UMA VEZ E DEVE SER VOTADA DEPOIS DO FERIADO

Por *Lisandra Paraguassu*



Líder do Governo na Câmara, Ricardo Barros

BRASÍLIA (Reuters) - A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios foi adiada mais uma vez e ficará para a semana que vem, disse à Reuters o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

Barros atribuiu o adiamento, o segundo esta semana, à falta de quórum causada pela decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de retorno às sessões presenciais na Casa. Vários

parlamentares teriam permanecido em seus Estados, apesar da decisão, o que teria dificultado o quórum e as negociações.

Na manhã desta quinta, a Câmara chegou a ter 445 deputados, mas com a necessidade de 308 votos para aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional, o quórum é considerado arriscado.

Fonte: *IstoÉ - Dinheiro*
Data: 28/10/2021

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NOTIFICA PETROBRAS PARA ESCLARECER AUMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Por Ricardo Brito



Caminhão-tanque deixa refinaria em Canoas

BRASÍLIA (Reuters) - O Ministério da Justiça enviou notificação para que a Petrobras e a Transpetro prestem esclarecimentos sobre o aumento do preço dos combustíveis e possíveis riscos no fornecimento de combustíveis, em especial na capacidade de abastecimento, informou a pasta nesta quinta-feira.

Segundo comunicado do ministério, a notificação foi feita na quarta-feira pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). As empresas têm 10 dias para responder, após o recebimento da notificação.

A pasta informou no comunicado que o pedido "busca coletar subsídios relacionados aos impactos ao longo da cadeia de fornecimento de combustíveis, especialmente diesel e gasolina, a partir das recentes notícias veiculadas sobre possíveis dificuldades de abastecimento de combustíveis por parte da Petrobras junto aos distribuidores, tendo em vista o aumento da demanda no próximo mês".

Segundo o ministério, o departamento já havia notificado as principais distribuidoras de combustíveis sobre o mesmo assunto.

"As respostas da Petrobras e da Transpetro, juntamente com as respostas das distribuidoras notificadas em setembro, devem fornecer subsídios para a melhor compreensão da dinâmica dos mercados de combustíveis, de modo a serem realizadas sugestões para seu aperfeiçoamento sob a perspectiva da proteção e defesa do consumidor alinhada ao desenvolvimento econômico e tecnológico", informou.

No início da semana, a Petrobras anunciou novo aumento do preço do diesel e da gasolina nas refinarias.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/10/2021

GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 303 MILHÕES EM SETEMBRO

As contas do Governo Central registraram superávit primário em setembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R\$ 303 milhões.

O resultado - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o melhor desempenho para o mês desde 2012, quando havia sido positivo em R\$ 1,067 bilhão. Em setembro de 2020, o resultado havia sido negativo em R\$ 76,144 bilhões por conta dos gastos com a pandemia do coronavírus.

O resultado do mês passado veio melhor do que as expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um saldo negativo de R\$ 4,250 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast junto a instituições financeiras. O dado de setembro ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de rombo de R\$ 26,0 bilhões a superávit de R\$ 7,423 bilhões.

Acumulado



No ano até setembro, o resultado primário foi de déficit de R\$ 82,486 bilhões, o quinto pior resultado da série, que tem início em 1997. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 677,446 bilhões.

Em setembro, as receitas tiveram alta real de 12,9% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas caíram 36,4% na mesma comparação, já descontada a inflação.

Em 12 meses até setembro, o Governo Central apresenta um déficit de R\$ 154,2 bilhões - equivalente a 1,8% do PIB.

A meta fiscal proposta pela equipe econômica para este ano admite um déficit de até R\$ 247,118 bilhões nas contas do Governo Central, mas no último relatório bimestral o governo previu um rombo menor, de R\$ 139,435 bilhões, mesmo com despesas extras por causa da pandemia de covid-19.

Composição

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - registraram um superávit primário de R\$ 15,347 bilhões em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro. No acumulado dos nove meses do ano, o superávit primário do órgão é de R\$ 143,336 bilhões.

Já o resultado do INSS foi um déficit de R\$ 14,876 bilhões no mês passado. No ano até setembro, o resultado foi negativo em 225,305 bilhões.

As contas apenas do Banco Central tiveram déficit de R\$ 169 milhões em setembro e de R\$ 517 milhões no acumulado do ano até o mês passado.

Teto de gastos

As despesas sujeitas ao teto de gastos subiram 3,6% em setembro na comparação com igual mês de 2020, segundo o Tesouro Nacional. A conta não inclui os gastos extraordinários feitos para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que ficam de fora do teto por terem sido classificados como urgentes e imprevistos.

Pela regra do teto, o limite de crescimento das despesas do governo é a variação acumulada da inflação em 12 meses até junho do ano passado. Porém, como o governo não ocupou todo o limite previsto em anos anteriores, na prática há uma margem para expansão de até 5,9%.

As despesas do Poder Executivo variaram 3,7% no período (margem é de 6,0%). Do Legislativo, cresceram 1,0% (margem de 10,6%) e, do Judiciário, 0,5% (margem de 3,9%).

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 28/10/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

GERDAU DEVE CONTINUAR DISTRIBUINDO DIVIDENDOS BRILHANTES, APONTAM ANALISTAS

Por Renan Dantas

Os números da Gerdau (GGBR4) agradaram analistas, e mais ainda, deixaram investidores felizes. Na manhã da última quarta, a empresa informou dividendos com rendimentos de até 11%.

A grande questão é saber se a empresa continuará pagando bons proventos para os seus acionistas. E, segundo o BTG, a tendência é que sim.

Para Leonardo Correa e Caio Greiner, além do lucro líquido de R\$ 5,59 bilhões, elevação de 604%, a Gerdau está conseguindo diminuir sua dívida líquida.



Além do lucro líquido de R\$ 5,59 bilhões, elevação de 604%, a Gerdau está conseguindo diminuir sua dívida líquida. (Imagem: Facebook/Gerdau)

No trimestre, o número ficou em R\$ 8,7 bilhões, com alavancagem de 0,5 vezes, “o que consideramos bastante saudável”. Ao todo, a empresa gerou R\$ 3,8 bilhões de caixa.

“Esperamos que o capital de giro se normalizasse à frente para “recuperar” alguns desses investimentos, então as perspectivas para o FCF (geração de caixa) devem permanecer brilhantes”, afirmam.

Além disso, a dupla aponta que a Gerdau combina uma série de qualidades: forte crescimento de receita, baixa alavancagem e geração de caixa e um jogo temático (imobiliário).

Preços e demandas

Em relação à demanda, o BTG lembra que se a China segue com seus esforços de descarbonização, o fornecimento global de aço está em risco.

“Vemos o preço das ações em uma reversão já em 2022. Também acreditamos na força estrutural dos mercados imobiliários no Brasil e esperamos que a demanda por aços longos terá crescimento em 2022”, aponta.

Números robustos

Para a Ágora Investimentos, os números no Brasil vieram fortes, com a margem Ebitda em 40% (estável no comparativo trimestral), principalmente devido a vendas mais fortes do que o esperado e aumento de preços, parcialmente compensado pelos custos.

“A América do Norte continuou em uma tendência positiva, com margem Ebitda de 25%, devido ao aumento de preços acima do projetado”, apontam os analistas Thiago Lofiego e Luiza Mussi.

Na visão da dupla, a dinâmica de lucros da Gerdau deve permanecer saudável nos próximos trimestres, à medida que a empresa continua a desfrutar de uma combinação de demanda de uso final ainda acima dos níveis pré-pandêmicos e um ambiente de preços saudável.

Ao mesmo tempo, dizem, as ações da Gerdau precificam uma deterioração relevante nos fundamentos em 2022, “que vemos como excessivamente pessimista”.

Pelos cálculos dos analistas, Gerdau é negociada a 3,5 vezes o EV/Ebitda (valor da firma sobre resultado operacional), com um rendimento de geração de caixa de 15%.

Tanto a Ágora quanto o BTG tem recomendação de compra, com preço-alvo de R\$ 46 e R\$ 43.

Fonte: MoneyTimes

Data: 28/10/2021

PREÇOS DE INSUMOS AGRÍCOLAS MAIS QUE DOBRAM EM 2021, ELEVAM CUSTOS DE 2022, DIZ CNA

Por Reuters



No caso dos defensivos, a alta foi influenciada principalmente pela interrupção da operação de indústrias fabricantes do insumo na China e problemas com o fornecimento de matéria-prima (Imagem: Pixabay/Nottmpicture)

A escalada de preços dos insumos foi a principal responsável pelo aumento dos custos de produção da agropecuária em 2021, após o valor de alguns fertilizantes e defensivos acumular altas que superam 100% no ano até setembro, indicando também despesas mais altas para 2022, disse nesta quinta-feira a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Entre os adubos, os preços da ureia, do fosfato monoamônico (MAP) e do cloreto de potássio (KCL) subiram 70,1%, 74,8% e 152,6%, respectivamente.

Já entre os agroquímicos, o glifosato lidera com avanço de 126,8%, informou a CNA com base em resultados do projeto Campo Futuro.

“O fertilizante, por exemplo, subiu mais de 100% de janeiro a setembro deste ano, em razão da alta demanda, escassez da oferta mundial, elevação dos preços internacionais e problemas logísticos”, explicou a confederação em nota, ressaltando que o viés altista deve perdurar até 2022, influenciando as margens do setor agrícola.

No caso dos defensivos, a alta foi influenciada principalmente pela interrupção da operação de indústrias fabricantes do insumo na China e problemas com o fornecimento de matéria-prima.

“Segundo relato dos produtores, houve falta do produto em algumas regiões, trazendo preocupações que vão além da elevação do custo.”

O principal indicador analisado no projeto Campo Futuro foi o Custo Operacional Efetivo (COE), que inclui itens como insumos (fertilizantes, sementes e defensivos agrícolas), operações mecânicas, comercialização agrícola, entre outros.

Além dos insumos, a CNA destacou que o clima também afetou algumas atividades agropecuárias, citando os impactos de estiagens ocorridas no segundo semestre de 2020 e início de 2021.

Na cafeicultura, por exemplo, o Custo Operacional Efetivo do tipo arábica teve aumento de 15% em relação ao levantamento realizado em 2020. Já o COE do conilon subiu 31,3%.

“O fertilizante foi o item que mais impactou no bolso do produtor, sendo 20,8% para o arábica e 34,2% para o conilon na média das regiões”, disse a análise.

Em contrapartida, houve aumento de receita (preço de comercialização do produto no período versus produção) de 54% do café arábica e 35,4% do café conilon.

Segundo a CNA, a valorização das cotações do grão foi resultado da menor oferta mundial e problemas logísticos para escoamento da safra em países produtores, como o Brasil.

Para 2022, a expectativa da confederação é de aumento ainda mais significativo nos custos com fertilizantes, podendo impactar negativamente na margem dos cafeicultores.

O projeto Campo Futuro é uma iniciativa do Sistema CNA/Senar, em parceria com o Cepea/Esalq, a Labor Rural da Universidade Federal de Viçosa, o Pecege da Esalq/USP e o Centro de Inteligência de Mercados da Universidade Federal de Lavras.

Em 2021, foram realizados pelo programa 127 painéis virtuais de levantamento de custos de 24 atividades produtivas.

Fonte: MoneyTimes

Data: 28/10/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CÂMARA APROVA AUXÍLIO GÁS E MANTÉM CIDE COMO FONTE DE FINANCIAMENTO

Por epbr - 28 de outubro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

em jogo

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta (27/10) o Projeto de Lei 1374/21, que cria o auxílio Gás dos Brasileiros. O auxílio vai subsidiar o preço do gás de cozinha para famílias de baixa renda. A matéria agora será enviada à sanção presidencial, informa a Agência Câmara.

— Os deputados aprovaram a maior parte das mudanças sugeridas pelos senadores ao texto, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT/SP) e outros. A estimativa do custo do benefício, que será concedido a cada dois meses e deve durar cinco anos, é de cerca de R\$ 592 milhões.

— O Plenário acompanhou o parecer do relator, deputado Christino Áureo (PP/RJ), que manteve como uma das fontes de financiamento do vale-gás a parte do montante que cabe à União da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-combustíveis), que passará a incidir sobre o botijão de gás de 13 kg. O Senado havia proposto a retirada dessa fonte para bancar o programa.

— Segundo o relator, os valores da alíquota adicional da Cide equivalem ao que o governo deixou de cobrar de PIS/Cofins desde março deste ano.

— O governo poderá usar ainda o que arrecadar com dividendos da Petrobras e com o bônus de assinatura dos leilões de exploração de petróleo, tanto pelo regime de concessão (Lei 9.478/97) quanto pelo regime de partilha (Lei 12.351/10).

— No caso dos bônus obtidos com o regime de partilha, serão excluídos os recursos destinados à Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), e a parcela transferida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

— Continuam também como fonte de receita a parte obtida na venda de petróleo devido à União a título de excedente da produção por meio dos contratos de partilha e a parte do valor dos royalties da União devidos nesses tipos de contrato.



— Quanto aos beneficiados, se inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o texto restringe o pagamento às famílias com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário-mínimo. Entretanto, permanecem como beneficiárias as famílias que tenham entre seus membros pessoas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

— O auxílio será concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência.

Governadores articulam congelamento do ICMS Governadores discutem a formação de um convênio para congelar nacionalmente o ICMS sobre combustíveis, diz a Coluna do Estadão. A proposta no âmbito do Fórum de Governadores é de congelar por 90 dias a alíquota estadual no preço final após cada reajuste anunciado pelo governo federal.

— A ideia tem o endosso do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz) e, nesta semana, será levada ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), responsável por aprovar ou não convênios desse tipo.

— Os estados querem apresentar a ideia já “encorpada” no próximo encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Um representante da Petrobras também é aguardado na reunião.

— O movimento é uma reação dos estados à proposta defendida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e aprovada na casa, de calcular o imposto a partir da variação do preço dos combustíveis nos dois anos anteriores ao reajuste, projeto que tramita agora no Senado e enfrenta a resistência de senadores.

Selic sobe 1,5 ponto percentual O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nessa quarta (27/10) elevar a taxa básica de juros da economia de 6,25% para 7,75% ao ano. Foi a sexta alta consecutiva, e a mais ampla desse ciclo, lembra o G1.

— A elevação de 1,5 ponto percentual de uma só vez é a maior desde dezembro de 2002, quando a Selic subiu três pontos percentuais. Com o anúncio, a taxa atinge o maior patamar em quatro anos.

— No comunicado divulgado após a reunião desta quarta, o Copom:

- Diz ver sinais de uma inflação persistente no país, além dos componentes “voláteis”;
- Sinaliza que pode voltar a elevar a Selic em 1,5 ponto em dezembro; e
- Aponta que a tentativa de furar o teto de gastos pode gerar movimentos inflacionários ainda maiores.

Com adesão inicial de 26 senadores e sete deputados, foi instalada nessa quarta (27/10) a Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia (FPRNE). O senador Jean Paul Prates (PT-RN), que propôs a criação da FPRNE, foi eleito presidente do grupo, que terá como vice o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG).

— A frente foi criada para promover debates, incentivos e propostas legislativas sobre políticas que estimulem o uso sustentável dos recursos e a geração e o consumo responsável de energia de todas as matrizes.

— Jean Paul Prates informou que outros parlamentares ainda podem se juntar aos trabalhos, e que a intenção é integrar todos os segmentos que compõem o setor, de modo a evitar competições predatórias. Agência Senado



Mais hidrogênio verde no Ceará O governador do Ceará, Camilo Santana, anunciou nessa quarta (27/10) a assinatura de um protocolo de intenções com um consórcio formado por quatro empresas europeias para a instalação de mais uma planta para produção de Hidrogênio Verde (H2V) no Ceará.

— O consórcio Transhydrogen Alliance, formado pelas empresas Proton Ventures, Trammo, Global Energy Storage e VARO, calcula um investimento inicial de US\$ 2 bilhões, para produção de 500 mil toneladas de hidrogênio verde por ano.

— O volume é equivalente a cerca de 2,5 milhões de toneladas de amônia verde, que serão exportadas do Porto do Pecém, no Ceará, até o Porto de Roterdã, na Holanda.

— O projeto deverá integrar o Hub de Hidrogênio cearense que está sendo planejado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará.

Índice Global de Energia Limpa A Bloomberg e a Goldman Sachs Asset Management lançaram o Índice Global de Energia Limpa Bloomberg Goldman Sachs. Trata-se de um índice que acompanha o desempenho de mais de 175 ações globais com exposição significativa de negócios ao setor de energia limpa.

— O índice usa uma abordagem proprietária baseada nas percepções dos analistas da BloombergNEF (BNEF), que identificam empresas ativas e influentes em seus respectivos setores e avaliam sua exposição à energia limpa.

— O universo de títulos elegíveis para o índice é desenvolvido usando uma abordagem baseada em dados para selecionar títulos do Bloomberg World Index com base nas estimativas do BNEF de sua exposição a energia limpa.

— Os setores definidos como tendo uma exposição positiva à energia limpa para o universo do índice são: eólica, armazenamento de energia, energia limpa, redes, digitalização, bioenergia, solar e hidrogênio.

A ANP publicou nessa quarta (27/10) a versão completa do Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2021, que consolida os dados do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil, além de um panorama internacional, em 2020. A publicação também traz a evolução do setor nos últimos dez anos, entre 2011 e 2020.

— O Anuário está organizado em seis seções: Panorama Internacional; Indústria Nacional; Comercialização; Biocombustíveis; Rodadas de Licitações; e Resoluções ANP e Anexos.

— Cada seção é dividida em capítulos, e esta edição inclui dois novos: um com dados de ações de fiscalização e comunicação de incidentes nas atividades de exploração e produção (seção 2) e outro com dados do RenovaBio (seção 4).

Estoques dos EUA derrubam petróleo Os futuros do petróleo caíram mais de 2% nessa quarta (27/10), com os estoques de petróleo dos EUA aumentando mais do que o esperado, mesmo com a queda dos estoques de combustível e o esvaziamento dos tanques do maior centro de armazenamento do país.

— O Brent fechou em queda de 1,82 dólar, ou 2,1%, para 84,58 dólares o barril, após fechar na máxima de sete anos na terça (26/10), enquanto o WTI caiu 1,99 dólar, ou 2,4%, para 82,66 dólares o barril. Reuters

Petrobras lança edital para startups A Petrobras lança nesta quinta (28/10) edital de R\$ 12,9 milhões para selecionar startups com soluções em áreas de óleo e gás, corporativa e de segurança. As inscrições vão até 28 de novembro.



— O edital se divide em 12 desafios, e as empresas escolhidas podem receber até R\$ 1,6 milhão.

— O valor é recorde para investimentos da Petrobras em startups e também o teto previsto para Contratos Públicos para Solução Inovadora (CPSI), como prevê o recém-sancionado Marco Legal das Startups.

— É a quinta seleção lançada pela Petrobras este ano dentro do programa Conexões para Inovação, focado em acelerar soluções tecnológicas com alto potencial de geração de valor. O Globo

Iniciada fase vinculante da venda de Uruguá e Tambaú A Petrobras informou o início da fase vinculante referente à venda dos campos de Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos, no litoral do estado do Rio de Janeiro.

— Uruguá e Tambaú pertencem à concessão BS-500, da Rodada Zero da ANP. Os campos estão situados na porção norte da Bacia de Santos, entre 140 e 160 km da costa fluminense, em lâmina d'água que varia de 1.000 a 1.500m.

— Em 2020, a produção dos campos foi de aproximadamente 5 mil bpd de óleo e 918 mil m3/dia de gás. A Petrobras detém 100% de participação em ambos os campos.

Sapura inicia prestação de serviços em Santos O PLSV Sapura Diamante está a caminho da Bacia Santos, conforme novo contrato firmado com a Petrobras em setembro. O trabalho inclui a instalação e recuperação de dutos flexíveis em águas ultraprofundas até 2025.

— A embarcação foi carregada com cerca de 3 mil toneladas de linhas para iniciar a operação em quatro projetos seguidos, um dos maiores carregamentos de dutos que a Sapura já fez. Além disso, o navio vai carregar mais 17 tramos de linhas umbilicais.

— O próximo projeto do Sapura Diamante será desenvolvido no campo de Atapu, na Bacia de Santos, a cerca de 200 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 2.300m.

— Segundo o gerente de Projetos Especiais, Marcos Adriano, tanto a Sapura Diamante quanto o Topázio, que vai começar o novo contrato entre janeiro e fevereiro, foram afretados por sua boa disponibilidade para trabalhar em águas ultraprofundas.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/10/2021

INDÚSTRIA CONTA COM MERCADO DE CARBONO PARA FINANCIAR BIOPRODUTOS

Por Nayara Machado - 27 de outubro de 2021 - Atualizado em 28 de outubro de 2021 - Em Agendas da COP26, Diálogos da Transição

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Para a Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), o mercado de carbono regulado é a única forma efetiva de descarbonizar a economia, financiando inovação na velocidade e escala necessárias para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Em entrevista à epbr, Thiago Falda, presidente executivo da ABBI, afirma que há limites no mercado voluntário e um modelo de precificação via taxação de carbono acaba punindo setores econômicos importantes que não têm capacidade de se descarbonizar.

A solução estaria então no mercado regulado, com leilões de permissões de emissões para os diversos setores econômicos. E destinação dos recursos desse mercado para financiar desenvolvimento tecnológico, inovação e novos produtos.

“O modelo regulado consegue estimular uma série de cadeias produtivas no desenvolvimento de tecnologias que permitem o uso eficiente de energia, fixação de carbono, retirada de carbono da atmosfera, entre outras”, diz.

A associação apoia o Projeto de Lei 528/2021, do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), que cria o mercado de carbono regulado no país.

Mas o sucesso dessa política vai depender de algumas características, na avaliação do executivo.

Uma é evitar dupla regulação.

“Como a bioeconomia tem vários setores, se houver diferentes mercados de carbono, o risco é que diferentes setores tenham que participar de mais de um mercado. Por exemplo, o RenovaBio regula somente as distribuidoras. Se for criado um outro mercado de carbono em que eventualmente as distribuidoras possam ser reguladas também, elas terão que cumprir duas normas”.

Outra é ter fungibilidade, tanto internamente, quanto no mercado internacional.

“Se o objetivo final é retirar carbono da atmosfera, esse objetivo pode ser atingido por meio de um crédito de descarbonização, como o Cbio (do RenovaBio), pelo comércio de emissões ou pelo mercado voluntário (...) As metodologias de cálculo têm que ser equivalentes”.

Thiago também argumenta que o Brasil deve defender essa fungibilidade para que os créditos gerados aqui, independente do setor, sejam passíveis de comercialização no mercado internacional. Entrevista completa



Tecnologia da GranBio permite o uso de biomassa menos processada para produzir energia - Foto: Divulgação/GranBio

Há poucos dias da COP26, aumentam as expectativas sobre os rumos que o Brasil vai tomar. Especialmente em relação à regulamentação interna do mercado de carbono e sua compatibilidade com critérios internacionais.

“Não adianta fazer uma regulação no Brasil sem pensar em convergir com o tratamento que vai ser dado do ponto de vista internacional. O que temos visto aqui é que todo mundo quer

segurança”, explica Lina Pimentel, sócia da prática Direito Ambiental e Mudanças Climáticas do escritório Mattos Filho.

Segundo a advogada, o PL 528/21 se mostrou um processo de discussão robusto para o Brasil reforçar na COP26.

Mas, do ponto de vista jurídico, será preciso garantir que, tanto domesticamente, quanto perante o mercado internacional, o país vai prover segurança jurídica para integridade desses créditos.

Essa integridade passa tanto pela legitimidade para emissão dos créditos, principalmente florestais, onde resolver questões fundiárias é importante, quanto pela validade técnica.

“O quanto é importante que a adicionalidade trazida por aqueles projetos efetivamente ajude na descarbonização. O que ninguém quer e a gente deveria fugir, até para proteção e segurança jurídica desse mercado, é a falta de adicionalidade técnica”, alerta.

Lira volta a defender mercado voluntário. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), defendeu a união do setor produtivo para regular a compra e venda de créditos de carbono no País (Projeto de Lei 528/21).

“Neste momento que nos preparamos para COP26, é importante que estejamos alinhados”, observou.

Lira disse que a regulamentação não impõe nenhuma obrigatoriedade na compra de crédito de carbono, preferindo que o mercado seja voluntário.

“Não temos intenção de fazer a competição de brasileiros ricos contra brasileiros pobres”, argumentou. “O Brasil tem mais de 60% das áreas preservadas com florestas nativas. O crédito de carbono vai ser nosso maior ativo perante o mundo.”

As declarações foram dadas em encontro com produtores de açúcar e etanol na segunda (25). “O setor tem muito a contribuir na descarbonização do mundo. Energia limpa é fundamental”, apontou o deputado. Agência Câmara

Ainda sobre o clima às vésperas da COP...

Compromissos insuficientes. ONU alerta que novos compromissos da comunidade internacional são insuficientes para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, que podem causar, neste século, uma elevação da temperatura do planeta em 2,7 °C em relação à era pré-industrial – quase o dobro da meta de 1,5 °C.

O alerta consta no Emissions Gap Report de 2021, publicado na terça (26).

“A fim de ter uma chance de limitar o aquecimento global a 1,5 °C, temos oito anos para reduzir quase pela metade as emissões de gases de efeito estufa”, enfatizou a diretora executiva do Pnuma, Inger Andersen.

Para atingir o objetivo do Acordo de Paris, seria necessária uma redução anual adicional, acima dos compromissos atuais, de 28 GtCO₂e. Deutsche Welle

Educação climática. O Centro Brasil no Clima lançou o Manifesto Jovens pela Educação Climática, convidando a sociedade civil a aderir à campanha em defesa da implantação da educação climática e socioambiental em todas as escolas e institutos de Educação Básica brasileiros.

A meta é alcançar 5 mil assinaturas até a próxima sexta, 29 de outubro. O documento foi elaborado por 12 jovens de diferentes Estados e será levado à COP26 para ser entregue a governadores e prefeitos brasileiros presentes na conferência.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 28/10/2021

VOTAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS FICA PARA DEPOIS DO FERIADO, DIZ LÍDER DO GOVERNO

Lira tinha a expectativa de votar a PEC ainda nesta quinta
Por Geralda Doca



Deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) em depoimento na CPI da Covid Foto: Pedro França / Agência Senado

BRASÍLIA — O líder do governo da Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), confirmou que a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que muda a sistemática de pagamento de precatórios, decisões finais da Justiça contra a União, foi adiada para a próxima quarta-feira. O governo tem pressa porque o projeto abre espaço para o pagamento do Auxílio Brasil

turbinado de R\$ 400, de olho nas eleições em 2022.

De acordo com Barros, a estratégia é votar o texto em primeiro turno na quarta-feira e, no mesmo dia, em segundo. A quebra de interstício foi aprovada na última quarta, quando a PEC foi discutida no plenário da Câmara.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tinha a expectativa de votar a PEC ainda nesta quinta-feira, depois de duas tentativas frustradas no início da semana. Um dos entraves foi a decisão de Lira de retornar com as sessões presenciais, o que dificultou a formação de quórum.

— A votação da PEC foi adiada para a próxima quarta-feira. Isso já foi decidido porque o presidente Lira não quis voltar atrás nas sessões presenciais. Agora, temos que trazer os parlamentares para Brasília — disse Barros ao GLOBO.

Privatização à vista? Bolsonaro afirma que Petrobras 'só dá dor de cabeça' e que somente atua para acionistas

Nessa quarta-feira, o quórum atingiu 445 no momento de pico, número considerado arriscado para pôr a PEC em votação, pois são necessários 308 votos dos 513 deputados. Apesar dos apelos de Lira, cerca de 50 deputados continuaram em suas bases e não retornaram para Brasília nesta semana.

Para ter uma margem de segurança, é preciso um quórum entre 480 e 490 parlamentares. Além disso, a contagem preliminar de votos deve atingir 340 favoráveis. Na quarta, o governo tinha 309, apenas um além do exigido.

Além da falta de quórum, o relatório da PEC aprovado na comissão especial da Câmara enfrenta resistência de parlamentares da própria base e da oposição. O relator da matéria, deputado, Hugo Motta (PP-PB), incluiu na proposta um trecho que muda o cálculo do teto de gasto, que limita as despesas à inflação.

Com isso, a PEC tem potencial para liberar um gasto extra de R\$ 83 bilhões em 2022 e mais R\$ 15 bilhões neste ano. Contudo, Barros disse que o plano do governo é aprovar o texto do relator.

Também há dificuldades do ponto de vista regimental para fazer mudanças porque não há emendas validadas, com número suficiente de assinaturas, que deem suporte a ajustes, como o

defendido pela bancada da educação de retirar da PEC precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Para convencer os parlamentares a votar a favor da matéria, o governo pretende alegar que, se a PEC não for aprovada, eles não terão emendas no ano eleitoral, segundo uma fonte do alto escalão. Seria um tiro no pé, disse um interlocutor.

Confira: Crise na oferta mundial de fertilizantes encarece custos do agronegócio e pode afetar plantio de alimentos

Barros usou a rede social para defender a PEC dos precatórios. Na publicação, ele aproveitou para dizer que a prorrogação do Auxílio Emergencial ou decreto de calamidade (em função da pandemia) é especulação:

“A PEC dos precatórios será votada na próxima quarta feira presencialmente. Mobilizamos os parlamentares para estar em Brasília. Esta é a solução. Prorrogação de auxílio emergencial ou decreto de calamidade são meras especulações. Temos votos e vamos aprovar”, disse Barros.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/10/2021

CVM ABRE PROCESSO SOBRE PETROBRAS APÓS DECLARAÇÕES ENVOLVENDO PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA

Na segunda-feira, petroleira publicou fato relevante informando que questionou o governo sobre a eventual existência de estudos para venda da empresa

Por Vitor da Costa e agências internacionais



Presidente Bolsonaro afirmou que a privatização da Petrobras "entrou no radar" do governo Foto: Agência Petrobras

RIO — A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo administrativo sobre a Petrobras, sem informar o motivo, após o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, terem feito declarações envolvendo a privatização da empresa.

O registro no site da CVM não menciona o objetivo da investigação. Segundo um fonte com conhecimento do assunto disse à agência de notícias Reuters, o processo foi aberto após a Petrobras ter publicado fato relevante na segunda-feira informando que questionou o governo sobre a eventual existência de estudos para privatização da companhia.

Também segundo fontes, o processo ocorre no âmbito da Superintendência de relações com empresas.

Bolsonaro afirmou que a privatização da Petrobras "entrou no radar" do governo. Depois, Guedes disse que bastou frase de Bolsonaro sobre privatização da Petrobras para as ações da estatal subirem.

Na quarta-feira, Bolsonaro ainda afirmou que a Petrobras só lhe dá "dor de cabeça" e que a empresa só presta serviços "para acionistas".

Falhas prejudicam a governança

Para o presidente da consultoria de governança corporativa Mesa, Luiz Marcatti, declarações como as dadas por Guedes e Bolsonaro prejudicam aspectos de governança da empresa e refletem uma visão mais política do que empresarial por parte do governo, o que já esperado pelos agentes de mercado.

— Eles criticam a Petrobras ao dizer que a empresa só atua para acionistas ou que vai valer zero daqui a 30 anos, mas o principal acionista da empresa é o governo. E com o cenário fiscal atual, ele (o governo) não vai abrir mão de receber os dividendos da empresa – disse.

Ele complementa:

— Do ponto de vista do mercado de capitais tanto a fala do Bolsonaro quanto a fala do Paulo Guedes precisam ser questionadas, porque eles acabam criando uma tensão no valor da instituição.

Marcatti destaca que as empresas, entre elas a própria Petrobras, têm buscado melhorar aspectos de sua governança corporativa, mas que a atuação do acionista controlador é quem vai de fato definir se a governança irá ou não funcionar, especialmente no caso de empresas com participação do governo listadas na Bolsa.

Procurada, a CVM afirmou que não comenta processos específicos.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 28/10/2021

SEM CERTEZA DE VITÓRIA, CÂMARA DEBATE PEC DOS PRECATÓRIOS, MAS ADIA VOTAÇÃO. VEJA COMO FOI O DIA DE COSTURAS FRUSTRADAS

Atraso preocupa governo, que depende do projeto para elevar Auxílio Brasil a R\$ 400 e aumentar os repasses para emendas parlamentares no ano eleitoral

Por *Bruno Góes, Geralda Doca, Daniel Gullino e Júlia Linder*



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — Diante da dificuldade do governo de organizar a base, a Câmara adiou mais uma vez a análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a regra do pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União).

Em dia conturbado, nesta quarta-feira, com intensas negociações e pressão de ministros do governo, o plenário da Casa

sinalizou ao Palácio do Planalto que há incertezas sobre a aprovação do texto.

A PEC busca viabilizar a vitrine eleitoral para Jair Bolsonaro, ao permitir o pagamento de um Auxílio Brasil de R\$ 400 ao mais vulneráveis com a criação de um espaço para R\$ 83 bilhões de gastos extras em 2022.

Uma das principais dificuldades para a votação da proposta foi causada pelo retorno presencial dos parlamentares.

Até o início da noite desta quarta, como 60 parlamentares estavam ausentes, não houve segurança do governo se o texto seria aprovado. O presidente da Câmara e aliado do governo,



Arthur Lira (PP-AL), tentou mobilizar os colegas desde a madrugada de terça-feira, mas não obteve sucesso.

Durante o dia, o relator, Hugo Motta (PP-PB), tentava costurar apoio com as bancadas. Após reunião com Lira, o ministro da Cidadania, João Roma, já demonstrava preocupação com a operacionalização do pagamento do auxílio.

— Já estamos com o cronograma bem apertado, começa me preocupar a operacionalização desse pagamento que envolve um bastidor muito grande, uma operação gigantesca para poder fazer chegar esse recurso a mais de 17 milhões de brasileiros necessitados — disse.

Conta desfavorável

Durante a tarde desta quarta, Roma recebeu do líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), uma projeção dos votos favoráveis à PEC. Na contabilidade de Barros, o governo teria 309 apoiadores, um voto a mais do que o necessário para a aprovação de uma emenda constitucional.

A conta era desfavorável ao Palácio do Planalto. Para se aprovar uma PEC, parlamentares geralmente contam com uma margem de segurança. Tentam angariar, no mínimo, 340 votos para não haver surpresas.

Com aval do governo, Motta fez várias modificações em relação à proposta original, que previa só o adiamento dos precatórios, limitando o pagamento a cerca de R\$ 40 bilhões em 2022, do montante de R\$ 89,1 bilhões para abrir um espaço no teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação.

O relatório da PEC aprovado da Comissão Especial enfrenta resistência de partidos da esquerda e de centro — o que dificulta a aprovação do texto no plenário, diante da exigência de quórum qualificado. Um dos problemas levantados pelo MDB é abrangência da proposta. Para a esquerda, o não pagamento integral dos precatórios. E para deputados de direita, a revisão do teto de gastos, que amplia os riscos fiscais.

O texto também autoriza o governo a descumprir a chama regra de ouro, que proíbe a União de emitir títulos para pagar despesas correntes, como folha de pagamentos, além de permitir parcelamento de dívidas previdenciárias de prefeituras.

Senado é mais favorável

O líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões Jr (AL), disse que a bancada defende uma solução para os precatórios, mas não se sente à vontade para aprovar a mudança no cálculo do teto de gastos. Ele também criticou a autorização para o governo gastar mais, infringindo a regra de ouro:

— Isso seria uma irresponsabilidade fiscal.

Líderes de outras legendas, como DEM e Cidadania, disseram que ainda não têm uma posição fechada das bancadas. Nos bastidores, alguns parlamentares do PSDB e dessas legendas afirmam que votarão contra a PEC. O Novo fechou questão contra a proposta.

Se passar pela Câmara, o projeto deve ter uma tramitação rápida no Senado. Ontem, o presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que considera levar a PEC dos Precatórios direto ao plenário.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 28/10/2021



O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

INFRAESTRUTURA PÚBLICA AJUSTE EM PORTARIA DE FERROVIAS CONTESTADA NO SENADO

Retificação foi fruto de acordo fechado com o Senado para evitar que os parlamentares votassem projeto que sustaria uma das regras do documento, que regulamenta a MP sobre o novo modelo de autorização de ferrovias

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

Alvo de discussões no Senado, Tribunal de Contas da União (TCU) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a portaria do Ministério da Infraestrutura sobre ferrovias privadas ganhou um ajuste. A retificação foi fruto de um acordo fechado na terça-feira, 26, com o Senado, para evitar que os parlamentares votassem projeto que sustaria uma das regras do documento.

A portaria foi editada no último dia 15 para regulamentar a Medida Provisória que libera um novo regime de ferrovias no Brasil, que funciona pela lógica privada. Um dos objetivos do documento foi definir o que deve ser feito quando mais de uma empresa pede para erguer e administrar um mesmo trecho ferroviário - o que aconteceu com a VLI e a Rumo, dois importantes concorrentes do setor.

O texto define que, nesses casos, o governo vai liberar o projeto a todos os requerentes, desde que exista compatibilidade locacional à implantação concomitante dos empreendimentos - e não haja outro motivo técnico-operacional relevante que impossibilite esse quadro.

Originalmente, a portaria definia que, se houver incompatibilidade ou outro motivo, seria priorizada a outorga de autorização de acordo com a ordem de apresentação da documentação exigida pelo ministério. Foi especificamente essa regra que gerou rebulição no setor. Senadores reclamaram que a norma acabaria por estabelecer uma simples ordem de chegada como critério para autorização de uma ferrovia.

Dentro do governo, por sua vez, a interpretação foi outra. Por isso, o Ministério da Infraestrutura concordou em retificar a portaria, publicando a nova versão em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) nesta quinta-feira, 28.

Agora, o texto define que, quando for verificada a incompatibilidade, será priorizada a análise de autorização de acordo com a chegada da documentação, conforme antecipou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Ou seja, o ajuste deixa claro que a prioridade não é da concessão da outorga, mas da análise do pedido.

No Ministério da Infraestrutura, o entendimento é de que a autorização de um trecho de ferrovia não impede que o governo libere o pedido de outras empresas interessadas em operar o mesmo trecho. Pelo contrário, a regra geral, à princípio, é autorizar todos os pedidos embasados.

Na última terça-feira, quando o projeto de decreto legislativo (PDL) que sustaria o texto original seria votado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), definiu que a Casa aguardaria a retificação da portaria pelo Ministério da Infraestrutura até esta quinta, quando o PDL está pautado novamente. Agora, a expectativa do governo é que o assunto seja retirado da sessão de votação.

Briga

Como mostrou o Broadcast, a regra contestada pelos senadores gerou polêmica no setor, já que uma situação de disputa pelos mesmos trechos ferroviários surgiu entre a Rumo e a VLI Logística.



O imbróglio envolvendo as duas empresas começou no início do mês, quando a Rumo apresentou ao Ministério da Infraestrutura pedidos de autorização para construir duas ferrovias cujos traçados já haviam sido requisitados pela VLI. Os trechos alvos de interesse são entre as cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Água Boa (MT), e entre Chaveslândia (MG) e Uberlândia (MG).

No início da semana passada, a Rumo foi à Justiça para tentar interromper a análise dos pedidos de autorização da VLI pela ANTT. Na ação, que foi negada, a empresa alegou que existiriam ilegalidades no procedimento e pediu que a Justiça impedisse a ANTT de analisar o caso neste momento.

Ao rejeitar a solicitação, o juiz Itagiba Catta Preta Neto afirmou que a Rumo não conseguiu demonstrar ilegalidade nos critérios adotados. A companhia recorreu da decisão na segunda instância da Justiça, mas teve o pedido novamente negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

A compatibilidade locacional dos requerimentos da VLI seria votada na última quinta-feira, 21, pela ANTT, mas um pedido de vista (mais tempo de análise) do diretor Guilherme Sampaio, por sua vez, adiou a votação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2021

TCU NEGA SUSPENSÃO DE PORTARIA SOBRE AUTORIZAÇÕES DE NOVAS FERROVIAS PRIVADAS

Decisão do ministro Bruno Dantas foi tomada após pedido do Ministério Público de Contas a respeito de possíveis irregularidades em portaria do Ministério da Infraestrutura; para evitar conflitos, o governo emitiu nova portaria

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, negou o pedido de suspensão do processo de autorização para construção de novas ferrovias requeridas pela iniciativa privada. A decisão foi tomada após pedido apresentado nesta semana pelo procurador do Ministério Público de Contas Júlio Marcelo de Oliveira, que solicitou uma medida cautelar a respeito de possíveis irregularidades encontradas em uma portaria do Ministério da Infraestrutura (Minfra) que estabelece as regras das autorizações.

A análise recaiu sobre a portaria que regulamenta a Medida Provisória 1.065/2021, também chamada de novo marco legal dos transportes ferroviários, publicada pelo Minfra em 30 de agosto. O MP/TCU havia aponta problemas na portaria (131/2021) que regulamenta a MP, sob o argumento de que esta privilegiava a emissão de autorizações de novas ferrovias para a empresa que primeiro apresentasse o pedido de um determinado trecho, em situações em que mais de uma companhia tivesse interesse naquele mesmo destino.

O governo, para evitar conflitos, decidiu emitir uma nova portaria, que deve ser publicada ainda nesta quinta, para esclarecer que o critério de prioridade não se aplica à autorização em si, mas sim à análise de cada pedido feito. O governo não pretende adotar um critério para escolher um "vencedor" em casos que envolvam mais de um interessado. A ideia continua a ser aprovar todos os pedidos de autorização que chegarem, mesmo que tenham o mesmo início e destino.

A única situação em que o governo prevê fazer um "chamamento público" para que ocorra disputas entre empresas se dará naquele em que o próprio poder público sugerir o traçado. Por isso, não é objetivo da MP interferir em qualquer projeto apresentado pela iniciativa privada, tampouco contrapor um ao outro.

"A MP não prevê o instituto do chamamento público para resolver conflitos de interesse existentes nos requerimentos de autorização, mesmo porque isso iria na contramão do objetivo estabelecido,



a saber, fomentar a competição ferroviária, por meio, por exemplo, da possibilidade de implantação de mais de uma linha férrea com o mesmo par origem-destino", afirma o ministro Bruno Dantas, em seu despacho sobre o assunto.

Apesar de Bruno Dantas não ter acatado o pedido de paralisação, o ministro fez uma série de apontamentos ao processo. O ministro criticou o critério de ordem cronológica a ser adotado nos casos em que houver incompatibilidade locacional sem solução ou outro motivo técnico que impossibilite a implantação concomitante de duas ou mais ferrovias.

"O problema posto, portanto, não é a coexistência de duas ou mais ferrovias que atendam o mesmo par origem-destino, mas o critério a ser usado para se dar preferência a um projeto em detrimento de outro para fins de aprovação pelo Poder Concedente", declarou o ministro.

"Nesse ponto, nessa análise sumária, dou razão ao MP/TCU de que referida previsão permite que um projeto tecnicamente inferior tenha preferência sobre outro que lhe seja superior, mas que tenha sido apresentado posteriormente, mesmo que no dia seguinte. Não haveria, portanto, interesse público e rigor técnico que se espera para a avaliação de possíveis autorizações que poderão ter efeitos concretos por quase dois séculos (99 anos, prorrogáveis)."

Segundo Bruno Dantas, se há pedidos que demonstrem o interesse de mais de uma empresa, "deveria haver critério técnico que prestigie a escolha do melhor projeto segundo o interesse público e demais princípios aplicáveis, sob pena de a sociedade não ser contemplada com os melhores projetos e benefícios socioeconômicos esperados da política pública".

O ministro afirmou que "esses elementos podem justificar a adoção de medida cautelar por parte desta Corte, tendente a suspender a análise e/ou expedição de outorgas de autorização que utilizem como critério de escolha a regra".

Dantas negou o pedido de ingresso da empresa VLI Multimodal como interessada no processo que corre na corte, sob a justificativa de que a análise diz respeito à legalidade de ato administrativo normativo geral, que não interfere em qualquer pleito, pretensão de direito ou contrato da empresa.

A empresa Rumo Logística, que já controla parte das ferrovias em operação no País, deu início a uma série de embates na Justiça contra a sua concorrente, a VLI, que tem a mineradora Vale como sócia majoritária.

No dia 21 de setembro, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) iria analisar pedidos da VLI, que deu entrada em quatro pedidos de autorização de trechos ferroviários: Lucas do Rio Verde a Água Boa, em Mato Grosso; Uberlândia a Chaveslândia, em Minas Gerais; Porto Franco a Balsas, no Maranhão; e Cubatão a Santos, em São Paulo.

Oito dias depois, a Rumo procurou a ANTT para apresentar dois pedidos exatamente idênticos aos da VLI: os traçados previstos para Mato Grosso e Minas Gerais. Um terceiro pedido também foi requerido em Santos, mas numa extensão maior que aquela requerida pela VLI.

Paralelamente, a Rumo entrou com uma ação judicial para barrar todos os pedidos de autorização, sob o argumento de que as regras estabelecidas atualmente privilegiam apenas aqueles que primeiro solicitaram os trechos, porque a ANTT daria início à análise dos pedidos da VLI. A empresa perdeu a ação em duas instâncias.

Ao comentar o assunto, Bruno Dantas rejeitou o argumento da Rumo sobre as ferrovias previstas para Mato Grosso e Minas e Gerais, ao declarar que, sobre estas, "não se vislumbra incompatibilidade locacional, uma vez que se localizam em áreas remotas que não apresentam possíveis impasses que obstaculizem a implantação das duas linhas".



O ministro do TCU alertou, porém, sobre uma terceira solicitação da Rumo que pode enfrentar dificuldades: a implantação de uma nova ferradura de acesso ao Porto de Santos, entre Santos, Cubatão e Guarujá, no litoral paulista.

O projeto, segundo o ministro, "demandará análise criteriosa e detalhada em razão da localização dos pontos que se deseja conectar", passando pelos pátios ferroviários já existentes de Valongo, Perequê e Conceiçãozinha e devido à existência do traçado da empresa MRS, que faz exatamente essa ligação.

Dantas, com base em instrução técnica do TCU, chamou a atenção sobre a alta densidade ocupacional do entorno do traçado atual, a necessidade de um novo túnel na margem esquerda do canal portuário e a construção de travessia de um trecho da baía por ponte, entre "outros pontos que geram a necessidade de estudos detalhados das soluções possíveis, antes de se poder concluir pela compatibilidade locacional ou não".

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2021

GOVERNO CENTRAL TEM SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE R\$ 303 MILHÕES EM SETEMBRO

No acumulado do ano, porém, rombo é de R\$ 84,486 bilhões, o quinto pior da série histórica, iniciada em 1997, informou o Tesouro

Por Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

As contas do Governo Central registraram superávit primário em setembro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R\$ 303 milhões.

O resultado - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o melhor desempenho para o mês desde 2012, quando havia sido positivo em R\$ 1,067 bilhão.

Em setembro de 2020, o resultado havia sido negativo em R\$ 76,144 bilhões por conta dos gastos com a pandemia do coronavírus.

O resultado do mês passado veio melhor do que as expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um saldo negativo de R\$ 4,250 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast junto a instituições financeiras. O dado de setembro ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de rombo de R\$ 26,0 bilhões a superávit de R\$ 7,423 bilhões.

Acumulado

No ano até setembro, o resultado primário foi de déficit de R\$ 82,486 bilhões, o quinto pior resultado da série, que tem início em 1997. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era negativo em R\$ 677,446 bilhões.

Em setembro, as receitas tiveram alta real de 12,9% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas caíram 36,4% na mesma comparação, já descontada a inflação.

Em 12 meses até setembro, o Governo Central apresenta um déficit de R\$ 154,2 bilhões - equivalente a 1,8% do PIB.

A meta fiscal proposta pela equipe econômica para este ano admite um déficit de até R\$ 247,118 bilhões nas contas do Governo Central, mas no último relatório bimestral o governo previu um rombo menor, de R\$ 139,435 bilhões, mesmo com despesas extras por causa da pandemia de covid-19.

Composição

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - registraram um superávit primário de R\$ 15,347 bilhões em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro. No acumulado dos nove meses do ano, o superávit primário do órgão é de R\$ 143,336 bilhões.

Já o resultado do INSS foi um déficit de R\$ 14,876 bilhões no mês passado. No ano até setembro, o resultado foi negativo em 225,305 bilhões.

As contas apenas do Banco Central tiveram déficit de R\$ 169 milhões em setembro e de R\$ 517 milhões no acumulado do ano até o mês passado.

Teto de gastos

As despesas sujeitas ao teto de gastos subiram 3,6% em setembro na comparação com igual mês de 2020, segundo o Tesouro Nacional. A conta não inclui os gastos extraordinários feitos para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que ficam de fora do teto por terem sido classificados como urgentes e imprevistos.

Pela regra do teto, o limite de crescimento das despesas do governo é a variação acumulada da inflação em 12 meses até junho do ano passado. Porém, como o governo não ocupou todo o limite previsto em anos anteriores, na prática há uma margem para expansão de até 5,9%.

As despesas do Poder Executivo variaram 3,7% no período (margem é de 6,0%). Do Legislativo, cresceram 1,0% (margem de 10,6%) e, do Judiciário, 0,5% (margem de 3,9%).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/10/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

CLIMA TRAZ URGÊNCIA A MUDANÇAS NA MATRIZ DE ENERGIA, DIZ KLABIN

Relatório do IPCC, destaca diretor-geral da empresa, aponta que a matriz, com peso de petróleo e carvão, “é um drama não tratado”

Por Stella Fontes — De São Paulo



Teixeira, que estará na COP26: “O endereçamento da emergência de mudar a matriz energética do mundo é primordial” — Foto: Silvia Zamboni

Única empresa brasileira a compor o grupo de Business Leaders da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP26, a Klabin vai participar ativamente dos debates neste fórum e gostaria de ver, ao fim do encontro, propostas concretas de mudança na matriz energética global. Para o diretor-geral da companhia, Cristiano Teixeira, o sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) deixa claro que a matriz energética do mundo, a começar por carvão e óleo, “é um drama não tratado”.

“O endereçamento da emergência de mudar a matriz



energética do mundo é primordial”, afirmou o executivo, durante teleconferência para comentar os resultados da companhia no terceiro trimestre. “Vamos para a COP26 motivados, sabendo da importância histórica do tema clima, principalmente após o sexto ciclo de estudos do IPCC, que mostra a emergência climática”.

Em Glasgow, executivo participará dos debates no “Business Leaders” e a companhia é a única brasileira no grupo

Em Glasgow, Teixeira integrará o grupo que, desde o ano passado, se reúne para discutir as pautas mais urgentes relacionadas às mudanças climáticas e engajar o setor privado nas metas de redução de carbono. Na semana passada, o executivo já havia sido eleito “biopersonalidade” do ano no Fórum Mundial de Bioeconomia, que pela primeira vez deixou a Finlândia e foi realizado em Belém, no Pará.

Em relação aos negócios da Klabin, após exaltar os resultados históricos registrados no terceiro trimestre, o diretor-geral lembrou que o quarto trimestre é sazonalmente forte e a companhia deve entregar novo crescimento do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). “A Klabin manterá o ritmo de crescimento com resultados tão consistentes quanto os realizados nos trimestres anteriores”, observou.

A companhia, que está no meio da execução do maior investimento de sua história, prevê desembolsar cerca de R\$ 3 bilhões com o Projeto Puma II, em Ortigueira (PR), no próximo ano. Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores Marcos Ivo, já foram investidos R\$ 7,1 bilhões neste ciclo de crescimento, de um total de R\$ 12,9 bilhões. No quarto trimestre, os desembolsos com o projeto devem chegar a R\$ 1 bilhão.

A primeira máquina de papel de Puma II, a MP 27, entrou em operação no fim de agosto e é dedicada à produção do Eukaliner, o primeiro kraftliner do mundo feito 100% com fibra de eucalipto. Segundo Ivo, a rampa de produção está seguindo o planejamento esperado e, até o fim do ano, 90 mil toneladas do papel deverão ser produzidas.

A segunda fase do projeto, que prevê a instalação de uma máquina de papel cartão, já está em execução e tem início de operação estimado para o segundo trimestre de 2023.

Segundo o diretor de papéis da Klabin, Flavio Deganutti, o mercado global de kraftliner permanece “muito equilibrado” e a máquina 27 deve alcançar 85% da capacidade de produção alvo em 2022. Esses volumes, explicou, serão direcionados ao atendimento do crescimento orgânico do mercado doméstico e para a produção de embalagens da companhia, com excedentes exportados – pouco mais da metade da produção deve ter como destino o mercado externo.

“Os preços seguem bastante positivos. O momento é de preços historicamente altos para kraftliner e reciclados”, afirmou o diretor, acrescentando que o Eukaliner é vendido com prêmio em relação ao kraft tradicional.

O mercado doméstico de cartões, por sua vez, segue “bastante equilibrado”, depois de crescer mais de 20% nos nove primeiros meses do ano sobre a base forte de 2020. “Fora do Brasil, vemos a mesma coisa, o que permite a evolução de preços em todos os mercados”, acrescentou.

Para a parcela menor de cartões que é negociada no mercado spot, a expectativa é de aumento de preços. Já para os contratos, que englobam o maior volume transacionado de cartões, as negociações em torno de reajustes vão ocorrer na virada do ano.

Segundo o diretor da unidade de celulose da Klabin, Alexandre Nicolini, a demanda da fibra no Brasil, América do Norte e Europa permanece aquecida. “A China hoje é o único mercado que destoa. O desvio de volumes da China para outras geografias tem como base o consumo maior nesses mercados [e não os preços mais elevados]”, disse. A partir de novembro, disse o

executivo, a expectativa é de maior estabilidade dos preços na China, já que os preços de importação caíram pela primeira vez abaixo das cotações de revenda.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/10/2021

REINO UNIDO AMEAÇA RETALIAR APÓS FRANÇA DETER NAVIO BRITÂNICO EM DISPUTA SOBRE PESCA

Autoridades da França escoltaram um pescador britânico até o porto de Le Havre, no norte do país, após argumentarem que a embarcação não tinha licença para operar em águas francesas

Por Valor — São Paulo



— *Foto: Oliver Pinel/AP, arquivo*

O Reino Unido ameaçou retaliar a França após a apreensão nesta quinta-feira de um navio britânico, uma ação que elevou as tensões entre os dois países em meio a uma disputa sobre os direitos de pesca que começou após o Brexit

Autoridades da França escoltaram um pescador britânico até o porto de Le Havre, no norte do país, após

argumentarem que a embarcação não tinha licença para operar em águas francesas.

A apreensão ocorreu após o governo de Emmanuel Macron ter anunciado na noite de quarta-feira que aumentaria os controles alfandegários e sanitários sobre o transporte na fronteira. O país também repetiu uma ameaça de cortar o fornecimento de eletricidade ao Reino Unido.

David Frost, ministro britânico para o Brexit, reagiu hoje, afirmando que o governo de Boris Johnson está avaliando “quais ações adicionais” serão necessárias para responder à França, que fornece eletricidade ao país por meio de cabos submarinos.

o governo do Reino Unido, as medidas francesas ameaçam uma importante rota de comércio e provavelmente violam o acordo comercial assinado pelo país com a UE após o Brexit, a saída britânica do bloco europeu.

“Se [as medidas forem] implementadas, terão uma resposta adequada e calibrada. Transmitiremos nossas preocupações à Comissão Europeia e ao governo francês”, afirmou Frost. Já o ministro francês para a Europa, Clément Beaune, disse em uma entrevista a uma emissora local que os novos controles visam forçar o Reino Unido a voltar à mesa de negociações e a emitir mais licenças de pesca para os navios franceses

As tensões vêm crescendo há meses após o Reino Unido ter rejeitado os pedidos de alguns pequenos pescadores franceses de continuar operando em águas britânicas após o Brexit. O conflito é relativo ao direito de pescar em águas de 6 a 12 milhas náuticas ao longo do litoral da Grã-Bretanha, assim como nos mares da ilha de Jersey, perto da França.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/10/2021

MINÉRIO DE FERRO RECUA 6% NO PORTO CHINÊS, PARA US\$ 112,65 POR TONELADA

Principal matéria-prima do aço caminha para encerrar outubro com perdas acima de 5%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



O ritmo de desvalorização do minério de ferro no mercado à vista voltou a se acentuar nesta quinta-feira, após nova rodada de restrições à produção de aço em províncias chinesas.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro caiu 6% no porto de Qingdao, para US\$ 112,65 a tonelada, o menor preço em um mês.

Com isso, a principal matéria-prima do aço caminha para encerrar outubro com perdas acima de 5%. Em 2021, a baixa acumulada é de quase 30%.

De acordo com a Fastmarkets, a demanda de minério nos portos chineses se retraiu após Tangshan, importante polo siderúrgico do país asiático, adotar regras mais restritivas para reduzir a emissão de poluentes.

Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados para janeiro também registraram perda elevada, de 6%, para 657 yuan por tonelada.

Em encontro com representantes das 17 maiores siderúrgicas chinesas, a cúpula da Associação de Ferro e Aço da China (Cisa) indicou que as usinas devem estar preparadas para “novos desafios” à frente, incluindo restrições à produção de aço diante das novas exigências ambientais e de transformações na demanda global.

Em setembro, a produção de aço bruto na China despencou cerca de 21% na comparação anual, para 73,8 milhões de toneladas, reduzindo a 2% o crescimento acumulado da produção em 2021. O governo chinês determinou que o volume produzido pelas siderúrgicas neste ano deve permanecer estável ou abaixo do visto em 2020.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/10/2021

PETROBRAS PLANEJA CORTAR 30% DAS EMISSÕES ATÉ 2030

Companhia tem investimentos previstos de US\$ 1 bilhão em compromissos de sustentabilidade até 2025

Por Mônica Magnavita — Do Rio

A Petrobras, que anunciou em setembro a meta de se tornar carbono neutro em suas operações, bem como seu comprometimento com a transição para uma economia global de baixo carbono, vem desenvolvendo tecnologias para garantir produção de óleo e gás com emissões reduzidas. Entre as principais soluções estão a diminuição da queima de gás em tocha, ganhos de eficiência energética e projetos de captura, além do uso e armazenamento geológico de CO₂ (CCUS) para viabilizar a produção de petróleo em campos com elevado teor de carbono, terceiro cluster no mundo em operação. A tecnologia evita a emissão de CO₂ associado ao gás natural do pré-sal.

“Somos uma das líderes mundiais na produção de petróleo com menor emissão de carbono. Nossas emissões para cada barril produzido caíram praticamente à metade nos últimos 11 anos, para um patamar abaixo de 16kgCO₂ e/barril, o que nos coloca entre os melhores da indústria”, diz Viviana Coelho, gerente executiva de mudança climática da Petrobras. A meta é reduzir emissões absolutas operacionais totais em 25% até 2030.

A empresa anunciou no passado decisão de não diversificar suas atividades investindo em geração renovável, mas a estatal mantém portfólio de P&D em soluções de baixo carbono que inclui renováveis como eólica e fotovoltaica, que poderão permitir uma futura diversificação. O foco em soluções de baixo carbono, no momento, está em investimentos em P&D que contemplem aumento da eficiência na produção de hidrogênio, biocombustíveis avançados, como diesel renovável e BioQAV, e novos catalisadores e cargas opcionais para unidades de geração

de hidrogênio, além de pesquisas envolvendo tecnologias disruptivas, ainda fora do radar comercial.

“Vamos produzir comercialmente diesel renovável e bioQAV, que são biocombustíveis avançados com um mercado internacional em consolidação”, disse Coelho. O diesel renovável é um biodiesel avançado que reduz em 70% as emissões de gases de efeito estufa em sua produção, além de ser 15% melhor que o desempenho do biodiesel hoje comercializado no Brasil. Com relação ao projeto de captura, uso e armazenamento geológico de CO₂, Coelho observa que, em 2020, a Petrobras operou o equivalente a 18% de todos os projetos de CCUS desenvolvidos no mundo. Atualmente, nove unidades de produção possuem essa tecnologia instalada e a meta é atingir volume acumulado de 40 milhões de toneladas de CO₂ reinjetadas até 2025. “Sua aplicação para o ambiente de águas ultraprofundas é pioneira.”

Outro exemplo de tecnologia em desenvolvimento pela empresa é o HI-SEP, com pedido de patente 100% Petrobras, na qual o gás que sai do reservatório já é separado e reinjetado a partir de um sistema localizado no fundo do mar. O processo permite que ampliação da produção do campo com menor emissão de gases-estufa para cada barril de óleo produzido. No Plano Estratégico 2021-2025, a Petrobras prevê investimentos de US\$ 1 bilhão em compromissos de sustentabilidade.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 28/10/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

IBAMA INICIA PREVENÇÃO DE ACIDENTES AMBIENTAIS EM PORTOS MARANHENSES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Outubro 2021



Vistorias e atividades de monitoramento são realizadas em portos e áreas litorâneas do estado

Para evitar graves acidentes ambientais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) iniciou, nesta semana, a operação Guarapirã que visa analisar planos de emergência ambiental de portos e monitorar áreas litorâneas atingidas por manchas de óleo no estado do Maranhão. A ação faz parte do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental e vai até sábado (30).

A primeira etapa da fiscalização ocorreu no Porto de Itaqui, em São Luís (MA), que em conjunto com o Terminal da Ponta da Madeira e o Porto da Alumar produz uma exportação bruta de mais de 30 milhões de toneladas por ano. No local, as equipes avaliaram a capacidade de resposta dos empreendimentos em caso de emergência ambiental, considerando riscos de ocorrência, grau de segurança e manuseio de produtos perigosos de forma segura.

Além disso, foram realizadas vistorias em toda a área do pátio e berços de atracação do porto. Diversos documentos e informações relacionados a licenciamento ambiental e gerenciamento de resíduos também fizeram parte das avaliações. Outra visita ocorreu na área destinada a produtos químicos, a fim de avaliar sua estrutura de contenção, equipamentos e kits ambientais. Após verificação, foi constatada capacidade positiva da base de prontidão ambiental.

A segunda etapa da operação prevê a continuidade do monitoramento das áreas atingidas por manchas de óleo de origem desconhecida, conforme ocorreu em 2019 e em locais de interesse nacional de competência federal, considerando o levantamento do local de destinação dos resíduos recolhidos pelos municípios na época do acidente.

Esta ação é realizada pela Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (Cgema) em conjunto com o Núcleo de Prevenção e Atendimento às Emergências Ambientais (Nupaem/MA).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

KEPLER WEBER TEM MELHOR RECEITA LÍQUIDA E EBITDA DA HISTÓRIA PARA TERCEIRO TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Outubro 2021



Área de negócios Reposição e Serviços, estratégica na companhia por gerar receita recorrente, cresceu 93,2% no trimestre

A Kepler Weber atingiu uma receita líquida recorde para terceiros trimestres de R\$ 330,5 milhões, entre julho e setembro, um crescimento de 63,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando registrou R\$ 201,6 milhões. Segundo o balanço divulgado pela companhia nesta quarta-feira (27), no acumulado do ano, a receita líquida soma R\$ 809,3 milhões, um salto de 91,3% em

comparação com os nove primeiros meses do ano passado.

Líder na América Latina em soluções de pós-colheita, para beneficiamento e armazenagem de grãos e movimentação de granéis em portos, a companhia atribuiu o resultado ao câmbio favorável, valorização das commodities, carteira de clientes renovada a cada trimestre e ao "êxito na gestão dos aumentos dos custos das matérias primas em conjunto com a estabilização da cadeia de abastecimento".

"O posicionamento premium da companhia e a cuidadosa gestão das margens, custos e despesas, fortalece nosso compromisso de crescimento sustentável e de proximidade com os clientes", diz a mensagem dos executivos ao mercado.

O balanço também exalta o crescimento do Ebitda ajustado em 64,4%, passando de R\$ 38,5 milhões no terceiro trimestre de 2020 para R\$ 63,3 milhões no último trimestre. "A margem do Ebitda ajustado do trimestre foi de 19,2%, ligeiramente acima do 3T20 (19,1%)", informa o relatório.

Quando se olha para o acumulado do ano, o Ebitda ajustado registra um aumento de 93,8%, se comparado com os nove primeiros meses de 2020, passando de R\$ 63,3 milhões para R\$ 122,7 milhões, uma margem de 15,2% em 2021, 0,2 pontos percentuais a mais que o acumulado no ano passado.

Os executivos atribuem o crescimento do Ebitda ao "aumento no nível de atividade produtiva e da expansão das margens nos segmentos de negócio, resultado da eficiente gestão no abastecimento das matérias-primas em conjunto com administração de preços junto aos clientes".

O lucro líquido da companhia cresceu 247% entre o segundo e o terceiro trimestre, passando de R\$ 11,8 milhões para R\$ 41,1 milhões. O resultado de agora é também 78,7% maior que o registrado no mesmo período de 2020, quando a quantia foi de R\$ 23 milhões. Em relação ao



lucro líquido ajustado, o balanço mostra que a Kepler Weber atingiu R\$ 43,4 milhões, com margem líquida de 13,1% e 1,1 ponto percentual maior que no terceiro trimestre do ano passado.

Impulsionado por adiantamentos de clientes, o capital de giro no período avançou positivamente, chegando a R\$ 438,8 milhões, "mantendo nossa robustez financeira", salienta o comunicado.

ROIC e Capex

O retorno sobre o capital investido, da sigla em inglês ROIC (Return On Invested Capital), evoluiu 32,8 pontos percentuais nos últimos 12 meses, atingindo 56,2%. "O crescimento do lucro operacional após os impostos (41,7%) reflete a melhor performance da receita, margens e Opex. Do mesmo modo, o capital investido (-41,1%), foi otimizado devido a menor necessidade do capital de giro", traz o balanço.

Já o Capex somou de R\$ 7,1 milhões em investimentos, sendo a maior parte em modernização e expansão da capacidade produtiva. No acumulado do ano, os investimentos feitos pela Kepler Weber somam R\$ 25,7 milhões, 271,3% maiores que os R\$ 6,9 milhões aportados nos nove primeiros meses do ano passado.

Os investimentos fazem parte da estratégia da empresa para modernizar as operações e desenvolver novos produtos. Em agosto, a companhia criou uma nova área de negócio focada em internet das coisas (IoT), que será importante para potencializar as receitas recorrentes. A proposta é usar tecnologias habilitadas na plataforma sync para gerar dados e permitir o uso destas informações como ativos, gerando valor agregado aos produtores.

Áreas de Negócio

Armazenagem (mercado interno) registrou aumento na receita líquida de 100,9%, na comparação com igual período de 2020, fechando o trimestre em R\$ 245,9 milhões, e de 129% no acumulado de nove meses, somando R\$ 592,5 milhões. A empresa lista três motivos que contribuíram para este desempenho: maior entrega de projetos de clientes relacionados ao Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) lançado em junho, taxa de sucesso superior a 50% em negociações ocorridas em abril e maio, resultado da boa performance em vendas, e retorno de investimentos de grandes cooperativas visando resultados do primeiro e segundo semestres de 2022.

O comunicado ao mercado também menciona maior estabilidade no preço do aço e vendas já concretizadas, que vão "alavancar entregas no primeiro e no segundo trimestre de 2022. Dentre elas, destacamos a venda para uma importante cooperativa do Paraná e para um dos maiores beneficiadores de arroz do Rio Grande do Sul. Somadas, representam o montante de R\$ 60 milhões".

Na área de Reposição e Serviços, a companhia atingiu uma receita líquida no trimestre de R\$ 47,9 milhões, um aumento de 93,2% comparado com o mesmo período de 2020. No acumulado do ano, o segmento soma R\$ 116,9 milhões, crescimento de 83%, em relação a igual período do ano passado. A empresa reforça que a ampliação dos resultados nesta área de negócio atende aos planos de gerar receita recorrente, garantindo pronta entrega em centros de distribuição posicionados em regiões estratégicas no país. O balanço trimestral também sinaliza que "a conjuntura favorável do agronegócio" e o "constante crescimento nas vendas de itens de segurança, principalmente para atender normas regulamentadoras" estimularam os resultados.

O setor de Exportações (Negócios Internacionais) teve um aumento no acumulado de nove meses de 5,2%, em comparação com o mesmo período de 2020, somando R\$ 86,5 milhões. No trimestre, houve queda de 33,6%, comparando com julho, agosto e setembro do ano passado, passando de R\$ 53,8 milhões para R\$ 35,7 milhões. A empresa explica que no terceiro trimestre de 2020 houve a entrega de um projeto portuário no Peru que impulsionou o faturamento.

Atualmente, os principais projetos no exterior, segundo a companhia, estão sendo realizados em países latino-americanos, mas a empresa "está direcionando esforços na diversificação buscando mercados como África e Eurásia.

Movimentação de Granéis Sólidos (Portos, Terminais e Agroindústrias), área de negócio com características de volatilidade por envolver grandes projetos e provocar oscilação entre alta e baixa concentração de faturamento, apresentou aumento de 57,5% na receita líquida, passando de R\$ 600 mil para R\$ 1 milhão. Apesar do crescimento percentual, a Kepler Weber explica que "o valor absoluto de R\$ 400 mil reflete a escassez de pedidos no segmento desde o segundo semestre de 2020", afirma em balanço ao mercado. A empresa destaca que no balanço anterior anunciou a retomada das vendas, "com o anúncio de dois fornecimentos relevantes que permitirão aumento das receitas" a partir do primeiro trimestre de 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

'SAPURA DIAMANTE' INICIA OPERAÇÃO NA BACIA DE SANTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À PETROBRAS

Da Redação OFFSHORE 28 Outubro 2021



O PLSV "Sapura Diamante" está a caminho da Baía Santos para operação em novo contrato firmado com a Petrobras, em setembro deste ano. O escopo do trabalho compreende, principalmente, a prestação de serviços e afretamento para instalação e recuperação de dutos flexíveis em águas ultraprofundas até 2025.

A embarcação foi carregada com cerca de 3 mil toneladas de linhas para iniciar a operação em quatro projetos seguidos. Esse é um dos maiores carregamentos de dutos que a

Sapura já fez. Além disso, o navio vai carregar mais 17 tramos de linhas umbilicais. O próximo projeto do "Sapura Diamante" será desenvolvido no campo de Atapu, na Baía de Santos, a cerca de 200 quilômetros da costa do estado do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 2.300 metros.

De acordo com o gerente da embarcação, Victor Cruz, é importante que o navio retorne à frota da Petrobras, após um período fora do Brasil. "A Sapura sempre foi uma empresa que gosta de novos desafios. Vamos começar esse contrato com o mesmo empenho que temos desde o nascimento da empresa", ressaltou Cruz.

Segundo o gerente de Projetos Especiais, Marcos Adriano, tanto o "Sapura Diamante" quanto o "Topázio", que vai começar o novo contrato entre janeiro e fevereiro, foram afretados por sua boa disponibilidade para trabalhar em águas ultraprofundas. "Estamos muito felizes, sem dúvidas. São projetos mais complexos do que os que vínhamos desempenhando anteriormente. Com a capacidade elevada dos nossos carrosséis para o armazenamento de linhas, esses navios se tornam primordiais em atividades envolvendo grandes profundidades e, por isso, pedem projetos com cargas mais elevadas", explica Adriano.

Sobre a Sapura

A Sapura é uma empresa brasileira especializada em engenharia submarina, joint venture entre as multinacionais Seadrill e Sapura Energy. A companhia tem uma frota de seis navios de serviços submarinos, como apoio, instalação e lançamento de dutos flexíveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU APONTA CODESA COMO A DOCAS DE MELHOR GOVERNANÇA

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 28 Outubro 2021



Pela primeira vez desde 2014, quando a aferição começou a ser feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (Codesa) atingiu o primeiro lugar entre as melhores docas do Brasil pelo Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG). O Porto de Vitória conseguiu média de 0,66, destacando-se, principalmente, pela qualidade gerencial e transparência na condução de processos de contratação.

Para chegar ao resultado inédito, foi utilizado o método CSA (Control Self-assessment - autoavaliação de controles), recomendado pelo IIA (The Institute of Internal Auditors). As questões foram agrupadas pelos temas: governança pública; gestão de pessoas; gestão de tecnologia e da segurança da informação; gestão de contratações; e gestão orçamentária.

De acordo com a coordenadora de Gestão Empresarial da Codesa, Camilla Bridi, o resultado demonstra a seriedade da empresa. “É uma marca positiva, pois mostra que conseguimos colher frutos da boa governança”, explicou.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 28/10/2021

ANP APROVA SUSPENSÃO DE CONTRATOS PARA FUTURA PRORROGAÇÃO A PARTIR DE DIRETRIZ DO CNPE

Da Redação *OFFSHORE* 28 Outubro 2021



A Diretoria da ANP aprovou nesta quinta-feira (28) a possibilidade de suspensão para os contratos de concessão cuja fase de exploração se encerra entre a publicação da resolução do CNPE nº 12/2021 e a publicação de resolução da ANP. O objetivo é assegurar o direito dos concessionários de ter a opção de usufruir futuramente da resolução da ANP, prorrogando a Fase de Exploração para os contratos atualmente vigentes.

A resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou que a ANP avaliasse a adoção de medidas visando à prorrogação da fase de exploração dos contratos. Os objetivos são minimizar os impactos negativos da pandemia de Covid-19 na indústria e evitar a extinção de contratos sem que tenham sido realizadas as atividades exploratórias compromissadas, preservando o interesse nacional com relação à manutenção dos investimentos comprometidos nestes contratos.

A fase de exploração é a primeira fase dos contratos, nas quais as empresas realizam estudos e atividades (sísmicas, perfuração de poços etc.) para identificar a presença de petróleo e/ou gás natural na área contratada.

A ANP está preparando resolução que trará critérios e procedimentos necessários para a eventual prorrogação. Com a medida aprovada, a agência garante que os contratos vigentes no momento da publicação da resolução, mas com data de término próxima — que possivelmente teriam sua fase de exploração encerrada antes da publicação da resolução da ANP — possam permanecer

suspensos até que a agência publique a nova norma. A partir de então, eles seriam retomados e poderiam solicitar a prorrogação.

A partir de agora, a ANP enviará ofício aos operadores cujos contratos têm término da fase de exploração próximos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

PRESIDENTE MUNDIAL DA QAIR VISITA SUAPE PARA FUTURO PROJETO DE HIDROGÊNIO VERDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Outubro 2021



Presidente mundial da Qair visita Suape para futuro projeto de hidrogênio verde

Empresa francesa está em negociação com o governo de Pernambuco para instalação de uma planta de produção do insumo. Investimento pode chegar a R\$ 20 bilhões

Em mais uma etapa do processo de negociação para instalação de uma planta de produção de hidrogênio verde (H²V) em Suape, a diretoria da estatal portuária recebeu, nesta quinta-feira (28), a visita de uma comitiva da Qair, liderada pelo chairman (presidente) da empresa francesa, Louis Blanchard. O grupo, também formado pelo diretor-executivo da Qair Brasil, Jorge Borrell; e pelo diretor de Operações, Gustavo Silva, esteve em Suape para conhecer a infraestrutura portuária e algumas áreas prováveis para instalação do empreendimento.

O projeto prevê a instalação de quatro conjuntos de eletrolisadores de água em áreas localizadas no complexo, em investimentos que podem chegar a R\$ 20 bilhões nos próximos anos. A cúpula da Qair foi recepcionada pelo secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Geraldo Julio; pelo diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão; e demais diretores da autarquia.

Após uma breve reunião, o grupo seguiu para a área portuária e percorreu o porto interno, em uma embarcação, para observar detalhes das operações portuárias do atracadouro pernambucano, o 4º maior em movimentação de cargas entre os portos públicos brasileiros. Após o fim da visita, os representantes da Qair retornaram para o Recife. O empreendimento, anunciado pelo governador Paulo Câmara, em julho passado, quando estiver consolidado, poderá se transformar no segundo maior da história do Estado.

Com alto potencial para geração de energia sem emissão de gás carbônico, o hidrogênio verde é obtido a partir da usina de eletrólise, que separa o oxigênio e o hidrogênio da água. É chamado de verde porque a unidade que o produz funciona a partir de fontes de energia 100% renováveis. O H²V é insumo para muitas indústrias, principalmente no continente europeu, já existindo até como combustível para veículos. Também é usado para produzir amônia, um dos principais fertilizantes para o agronegócio, do qual o Brasil é um importante produtor mundial.

A planta em Pernambuco vai dispor dos processos combinados de eletrólise, bombeamento e liquefação, permitindo o envio do produto para longas distâncias, além da reforma de gás natural. "Esse projeto mostra a capacidade do Complexo de Suape e sua diversidade em abraçar empreendimentos de diversos segmentos. Estamos de olho no futuro, já que o hidrogênio verde é uma inovação mundial, tem grande potencial de investimento, sustentabilidade e desenvolvimento da economia verde", pontuou o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão, durante a visita da comitiva da Qair.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ



Data: 28/10/2021

CARGA MOVIMENTADA EM CONTÊINERES AUMENTA 13% NO PORTO DE PARANAGUÁ

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Outubro 2021

O volume de produtos importados e exportados em contêineres cresceu 13% no Porto de Paranaguá neste ano. De janeiro a setembro de 2021, foram movimentadas 8.908.358 toneladas de carga em 704.474 TEUs. No mesmo período do ano passado foram 7.861.213 toneladas em 675.808 TEUs.

Segundo o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, apesar das operações de contêineres serem privadas a empresa pública atua alinhada com o objetivo de trazer mais cargas e investimentos à cidade e ao Porto de Paranaguá. "Esse trabalho conjunto faz com que os resultados sejam garantidos nos números que se apresentam", completa.

Segundo o balanço até setembro, no sentido exportação foram 4.741.624.470 toneladas de carga movimentadas em contêineres. Na importação foram 3.999.533.128 toneladas.

A carne de aves congeladas representam 36% de todo o volume de carga exportada em contêineres pelo Porto de Paranaguá. Também se destacam os volumes de madeira (709.137 toneladas, 17% do total), celulose (266.676 toneladas, 7%) e papel (234.937 toneladas, 6%).

Nas importações de cargas containerizadas, os fertilizantes respondem por 11% do total, com 345.642 toneladas, seguidos por plástico (266.493 toneladas, 9% do total), outros produtos químicos orgânicos (170.279 toneladas, 6%) e equipamentos elétricos (140.391 toneladas, 5%).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

LOG REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 94,7 MILHÕES NO 3º TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28 Outubro 2021

Companhia firmou dois novos contratos de BTS (built to suit) com um grande player internacional de e-commerce

A Log, desenvolvedoras e locadoras de galpões logísticos, encerrou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 94,7 milhões, alta de 43% em comparação aos R\$ 66,2 milhões alcançados no mesmo período de 2020.

Entre os meses de julho e setembro, o EBITDA foi de R\$ 96,1 milhões, o que representa no acumulado do ano um aumento de 57% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao caixa, a companhia fechou o trimestre com R\$ 1,1 bi e mais R\$ 3,5 bi em ativos como propriedades para investimentos.

"Os números mostram que estamos muito bem preparados operacionalmente para seguirmos com nosso plano de crescimento, já que o balanço apresentou, novamente, uma forte solidez financeira", comenta André Vitória, CFO da Log, que destacou ainda a receita líquida (R\$ 37 milhões), por ter apresentado crescimento gradativo mediante a entrega de novos ativos.

Durante o terceiro trimestre deste ano, a Log firmou dois novos contratos de BTS (built to suit) com um grande player internacional de e-commerce. O primeiro deles, de 33 mil m², é no Ceará, e o segundo, com 74 mil m², é em Pernambuco. Antes deles, a companhia já havia fechado durante o ano de 2021 outros três contratos de BTS, totalizando 313 mil m² em três Estados distintos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021

SETOR PORTUÁRIO SE DESPEDE DE CLYTHIO VAN BUGGENHOUT

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 27 Outubro 2021



Arquivo/Divulgação

Diretor de relações governamentais da Cargill e presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), presidiu Companhias Docas do Pará entre 2007 e 2009.

O setor portuário se despediu, nesta quarta-feira (27), de Clythio Backx van Buggenhout, diretor de relações governamentais da Cargill e presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Ele presidiu a Companhia Docas do Pará (CDP) entre 2007 e 2009. Na Cargill, foi diretor de portos entre 2009 e 2019, quando assumiu o atual posto. A notícia do falecimento do executivo consternou agentes do setor, que publicaram mensagens nas redes sociais destacando o perfil atuante de van Buggenhout.

Durante a abertura do 8º Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), em Brasília, o diretor-presidente da associação, Murillo Barbosa, destacou que van Buggenhout era uma unanimidade no segmento portuário. Barbosa lembrou que ele foi um dos mentores da ATP, onde também foi conselheiro. "Foi um falecimento surpreendente de uma pessoa cheia vida e de planos. Tínhamos uma amizade de mais de 20 anos e planos conjuntos para o desenvolvimento do setor portuário que foram interrompidos abruptamente", disse Barbosa, acompanhado por aplausos.

A ABTP divulgou uma nota de pesar a seus associados comunicando o falecimento do presidente do conselho deliberativo da entidade. "Neste momento de dor, nós da associação, nos solidarizamos com a família e amigos e expressamos nossas mais sinceras condolências por essa perda irreparável", manifestou a ABTP em nota, assinada por seu diretor-presidente, Jesualdo Silva. A associação destacou que Clythio deixa um grande legado de trabalho, feito com ética, compromisso e respeito ao próximo, além de importante contribuição ao desenvolvimento do setor e do país.

A Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport) lamentou o falecimento de van Buggenhout, onde foi conselheiro. "Pessoa reconhecidamente íntegra e fidalga, liderança visionária do desenvolvimento da cadeia logística e do setor portuário amazônico. Neste momento de tristeza, prestamos nossa solidariedade e condolências aos entes queridos, amigos e profissionais que tiveram a oportunidade de compartilhar de seus ensinamentos", comunicou a Amport em nota.

A Sociedade Brasileira de Engenharia Naval (Sobena) também comunicou com pesar o falecimento de van Buggenhout, que era engenheiro naval e associado à entidade. "Lamentamos a perda de um brilhante palestrante em nossos eventos hidroviários. Que os bons momentos de convívio com o Clythio, sirvam de consolo a todos os familiares e amigos", manifestou em nota. O velório está previsto para esta quinta-feira (28), em São Paulo (SP). A causa da morte não foi divulgada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/10/2021



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Mercos Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006